



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO  
Esplanada dos Ministérios, Bloco D - Bairro Zona Cívico-Administrativa, Brasília/DF, CEP 70043-900

## CONVÊNIO Nº 927379/2022

PROCESSO Nº 21000.031157/2022-71

**CONVÊNIO  
PLATAFORMA+BRASIL  
Nº 927379/2022, QUE  
ENTRE SI CELEBRAM A  
UNIÃO, POR  
INTERMÉDIO DO  
MINISTÉRIO DA  
AGRICULTURA,  
PECUÁRIA E  
ABASTECIMENTO, E O  
MUNICÍPIO DE SÃO  
JOSE DAS PALMEIRAS.**

A UNIÃO, por intermédio do **Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 00.396.895/0001-25, com sede em Brasília, Zona Cívico-Administrativa Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Brasília - DF, 70043-900 doravante denominado **CONCEDENTE**, neste ato representado pelo Sr. **CLEBER OLIVEIRA SOARES**, brasileiro, residente e domiciliado nesta capital, portador do CPF nº 616.727.935-72, nos termos da delegação de competência conferida pela Portaria nº 1.073, de 02 de setembro de 2022, publicada no Diário Oficial da União de 05 de setembro de 2022, e o município de **SÃO JOSE DAS PALMEIRAS**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 77.819.605/0001-33, com sede na RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 979, TERREO - CENTRO. CEP: 85898-000, doravante denominado **CONVENIENTE**, representado pelo Prefeito NELTON BRUM, brasileiro, portador do CPF/MF nº 840.502.099-34, residente e domiciliado no Município de SÃO JOSE DAS PALMEIRAS. RESOLVEM celebrar o presente Convênio, registrado na Plataforma +Brasil, regendo-se pelo disposto na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, no que couber, na Lei de Diretrizes Orçamentárias do corrente exercício, no Decreto Federal nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986, no Decreto Federal nº 6.170, de 25 de julho de 2007, regulamentado pela Portaria Interministerial MP/MF/CGU nº 424, de 30 de dezembro de 2016 e atualizações, consoante o processo administrativo SEI 21000.031157/2022-71 e mediante as cláusulas e condições seguintes:

### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Convênio tem por objeto: Aquisição de Equipamentos Agrícolas, conforme detalhado no Plano de Trabalho.



## CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO DAS PEÇAS DOCUMENTAIS

Integram este Termo de Convênio, independentemente de transcrição, o Plano de Trabalho e o Termo de Referência propostos pelo CONVENIENTE e aceitos pelo CONCEDENTE na Plataforma +Brasil, bem como toda documentação técnica que deles resultem, cujos termos os partícipes acatam integralmente.

**Subcláusula Única.** Eventuais ajustes realizados durante a execução do objeto integrarão o Plano de Trabalho, desde que sejam submetidos e aprovados previamente pela autoridade competente do CONCEDENTE e que não haja alteração do objeto.

## CLÁUSULA TERCEIRA – DA CONDIÇÃO SUSPENSIVA

A eficácia do presente Convênio fica condicionada à aprovação pelo CONCEDENTE dos seguintes documentos a serem apresentados tempestivamente pelo CONVENIENTE:

- I. *Termo de Referência, nos termos do art. 1º, § 1º, XXXIV, da Portaria Interministerial nº 424, de 2016;*
- II. *Licença Ambiental Prévia, ou respectiva dispensa, emitida pelo órgão ambiental competente, nos termos da Lei nº 6.938, de 1981, da Lei Complementar nº 140, de 2011, e da Resolução Conama nº 237, de 1997;*
- III. *Plano de sustentabilidade do empreendimento a ser realizado ou do equipamento a ser adquirido, conforme art. 21, §13 da Portaria Interministerial nº 424, de 2016;*
- IV. *..... (outra(s) condição(ões) porventura indicada(s) no parecer técnico de aprovação do Plano de Trabalho).*

**Subcláusula Primeira.** O CONVENIENTE deverá apresentar os documento(s) referido(s) no caput desta cláusula, antes da liberação da primeira parcela dos recursos.

**Subcláusula Segunda.** O(s) documento(s) referido(s) no caput será(ão) apreciado(s) pelo CONCEDENTE e, se aceito (s), ensejará(ão) a adequação do Plano de Trabalho, se necessário.

**Subcláusula Terceira.** Constatados vícios sanáveis no(s) documento(s) apresentado(s), o CONCEDENTE comunicará o CONVENIENTE, que deverá providenciar o seu saneamento até o prazo previsto na Subcláusula Primeira.

**Subcláusula Quarta.** Caso o(s) documento(s) indicado(s) no caput desta cláusula não seja(m) entregue(s) ou receba(m) parecer contrário à sua aceitação, proceder-se-á à extinção do convênio, nos termos dos arts. 21, § 7º, 24 § 3º e 27, XVIII, da Portaria Interministerial nº 424, de 2016.

**Subcláusula Quinta.** Quando houver, no Plano de Trabalho, a previsão de transferência de recursos para a elaboração do termo de referência, limitada a 5% (cinco por cento) do valor total do instrumento, a liberação do montante correspondente ao custo do serviço se dará após a celebração do instrumento, conforme cronograma de liberação pactuado entre as partes.

**Subcláusula Sexta.** A rejeição pelo CONCEDENTE do termo de referência, custeado com recursos da União, enseja a imediata devolução dos recursos aos cofres da União, sob pena de instauração de tomada de contas especial.

## CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES GERAIS

a) Sem prejuízo do constante nas demais Cláusulas deste Convênio, são obrigações dos partícipes:

### I - DO CONCEDENTE:

a) realizar na Plataforma +Brasil os atos e os procedimentos relativos à formalização, alteração, execução, acompanhamento, análise da prestação de contas e, se for o caso, informações acerca de Tomada de Contas Especial, sendo nele registrados os atos que, por sua natureza, não possam ser realizados no sistema;



b) transferir ao CONVENIENTE os recursos financeiros previstos para a execução deste Convênio, de acordo com a programação orçamentária e financeira do Governo Federal e o estabelecido no cronograma de desembolso do Plano de Trabalho;

c) acompanhar, avaliar e aferir, sistematicamente, a execução física e financeira do objeto deste Convênio, bem como verificar a regular aplicação das parcelas de recursos, condicionando sua liberação ao cumprimento de metas previamente estabelecidas, na forma do art. 41, caput e inciso III, da Portaria

Interministerial nº 424, de 2016, comunicando ao CONVENIENTE quaisquer irregularidades decorrentes do uso dos recursos públicos ou outras pendências de ordem técnica ou legal, com fixação do prazo estabelecido na legislação pertinente para saneamento ou apresentação de informações e esclarecimentos;

d) analisar e, se for o caso, aceitar as propostas de alteração do Convênio e do seu Plano de Trabalho;

e) dispor de condições e de estrutura para o acompanhamento, verificação da execução do objeto e o cumprimento dos prazos relativos à prestação de contas; e

f) divulgar atos normativos e orientar o CONVENIENTE quanto à correta execução dos projetos e atividades.

## II - DO CONVENIENTE:

a) executar e fiscalizar o objeto pactuado, de acordo com o Plano de Trabalho e o Termo de Referência aceitos pelo CONCEDENTE, adotando todas as medidas necessárias à correta execução deste Convênio;

b) aplicar os recursos discriminados no Plano de Trabalho exclusivamente no objeto do presente Convênio;

c) elaborar os projetos técnicos relacionados ao objeto pactuado, reunir toda documentação jurídica e institucional necessária à celebração deste Convênio, de acordo com os normativos do programa, bem como apresentar documentos de titularidade dominial da área de intervenção, licenças e aprovações de projetos emitidos pelo órgão ambiental competente, órgão ou entidade da esfera municipal, estadual, do Distrito Federal ou federal e concessionárias de serviços públicos, conforme o caso, e nos termos da legislação aplicável;

d) assegurar, na sua integralidade, a qualidade técnica dos projetos e da execução dos produtos e serviços conveniados, em conformidade com as normas brasileiras e os normativos dos programas, ações e atividades, determinando a correção de vícios que possam comprometer a fruição do benefício pela população beneficiária, quando detectados pelo CONCEDENTE ou pelos órgãos de controle;

e) submeter previamente ao CONCEDENTE qualquer proposta de alteração do Plano de Trabalho aceito, na forma definida neste instrumento, observadas as vedações relativas à execução das despesas;

f) manter e movimentar os recursos financeiros de que trata este Convênio em conta bancária específica, aberta em instituição financeira oficial, federal ou estadual, inclusive os resultantes de eventual aplicação no mercado financeiro, bem assim aqueles oferecidos como contrapartida, aplicando-os, na conformidade do Plano de Trabalho e, exclusivamente, no cumprimento do seu objeto, observadas as vedações constantes neste instrumento relativas à execução das despesas;

g) proceder ao depósito da contrapartida pactuada neste instrumento, na conta bancária específica vinculada ao presente Convênio, em conformidade com os prazos estabelecidos no cronograma de desembolso do Plano de Trabalho;

h) realizar na Plataforma +Brasil os atos e os procedimentos relativos à formalização, execução, acompanhamento, prestação de contas e informações acerca de Tomada de Contas Especial do Convênio, quando couber, incluindo regularmente as informações e os documentos exigidos pela Portaria Interministerial nº 424, de 2016, sendo nele registrados os atos que, por sua natureza, não possam ser realizados no sistema;

i) selecionar as áreas de intervenção e os beneficiários finais em conformidade com as diretrizes estabelecidas pelo CONCEDENTE, podendo estabelecer outras que busquem refletir situações de vulnerabilidade econômica e social, informando ao CONCEDENTE sempre que houver alterações;



- j) estimular a participação dos beneficiários finais na implementação do objeto do Convênio, bem como na manutenção do patrimônio gerado por estes investimentos;
- k) manter os documentos relacionados ao instrumento pelo prazo de 10 (dez) anos, contados da data em que foi apresentada a prestação de contas ou do decurso do prazo para a apresentação da prestação de contas;
- l) manter atualizada a escrituração contábil específica dos atos e fatos relativos à execução deste Convênio, para fins de fiscalização, acompanhamento e avaliação dos resultados obtidos;
- m) facilitar o monitoramento e o acompanhamento do CONCEDENTE, permitindo-lhe efetuar visitas in loco e fornecendo, sempre que solicitado, as informações e os documentos relacionados com a execução do objeto deste Convênio, especialmente no que se refere ao exame da documentação relativa à licitação realizada e aos contratos celebrados;
- n) permitir o livre acesso de servidores do CONCEDENTE e dos órgãos de controle interno e externo, a qualquer tempo e lugar, aos processos, documentos e informações referentes a este Convênio, bem como aos locais de execução do respectivo objeto;
- o) apresentar a prestação de contas dos recursos recebidos por meio deste Convênio, no prazo e forma estabelecidos neste instrumento;
- p) apresentar todo e qualquer documento comprobatório de despesa efetuada à conta dos recursos deste Convênio, a qualquer tempo e a critério do CONCEDENTE, sujeitando-se, no caso da não apresentação no prazo estipulado na respectiva notificação, ao mesmo tratamento dispensado às despesas comprovadas com documentos inidôneos ou impugnados, nos termos estipulados neste Termo de Convênio;
- q) assegurar e destacar, obrigatoriamente, a participação do CONCEDENTE em toda e qualquer ação, promocional ou não, relacionada com a execução do objeto descrito neste Termo de Convênio e, obedecido o modelo-padrão estabelecido pelo CONCEDENTE, apor a marca do Governo Federal nas placas, painéis e outdoors de identificação dos projetos custeados, no todo ou em parte, com os recursos deste Convênio, consoante o disposto na Instrução Normativa SECOM-PR n.º 2, de 20 de abril de 2018, da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, ou outra norma que venha a substituí-la;
- r) operar, manter e conservar adequadamente o patrimônio público gerado pelos investimentos decorrentes do Convênio, de modo a assegurar a sustentabilidade do projeto e atender as finalidades sociais às quais se destina;
- s) manter o CONCEDENTE informado sobre situações que eventualmente possam dificultar ou interromper o curso normal da execução do Convênio e prestar informações, a qualquer tempo, sobre as ações desenvolvidas para viabilizar o acompanhamento e avaliação do processo;
- t) permitir ao CONCEDENTE, bem como aos órgãos de controle interno e externo, o acesso à movimentação financeira da conta bancária específica vinculada ao presente Convênio;
- u) dar ciência aos órgãos de controle ao tomar conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, e, havendo fundada suspeita de crime ou de improbidade administrativa, cientificar a Advocacia-Geral da União, o Ministério Público Federal e o respectivo Ministério Público Estadual;
- v) instaurar processo administrativo apuratório, inclusive processo administrativo disciplinar, quando constatado o desvio ou malversação de recursos públicos, irregularidade na execução do contrato ou gestão financeira do convênio, comunicando tal fato ao CONCEDENTE;
- w) manter um canal de comunicação efetivo, ao qual se dará ampla publicidade, para o recebimento pela União de manifestações dos cidadãos relacionadas ao convênio, possibilitando o registro de sugestões, elogios, solicitações, reclamações e denúncias;
- x) disponibilizar, em seu sítio oficial na internet ou, na sua falta, em sua sede, em local de fácil visibilidade, consulta ao extrato do instrumento ou outro instrumento utilizado, contendo, pelo menos, o objeto, a finalidade, os valores e as datas de liberação e o detalhamento da aplicação dos recursos, bem como as contratações realizadas para a execução do objeto pactuado;



y) exercer, na qualidade de contratante, a fiscalização sobre o contrato administrativo de execução ou fornecimento – CTEF;

z) observar o disposto na Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, e nas normas estaduais, distritais ou municipais vigentes, nos casos em que a execução do objeto, conforme prevista no plano de trabalho, envolver parcerias com organizações da sociedade civil;

aa) apresentar declaração expressa firmada por representante legal do órgão ou entidade conveniente, ou registro na Plataforma +Brasil que a substitua, atestando o atendimento às disposições legais aplicáveis ao procedimento licitatório, observado o disposto no art. 49 da Portaria Interministerial nº 424, de 2016;

#### **CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA**

Este Termo de Convênio terá vigência de 24 meses a ser contados a partir da assinatura do instrumento, podendo ser prorrogada, por solicitação do CONVENENTE devidamente fundamentada, formulada, no mínimo, 60 (sessenta) dias antes do seu término.

**Subcláusula Única.** A prorrogação além dos prazos estipulados no art. 27, inciso V, da Portaria Interministerial n. 424, de 2016, somente será admitida nas hipóteses de que trata art. 27, §3º, da mesma Portaria, e desde que o novo prazo estabelecido seja compatível com o período em que houve o atraso e viável para a conclusão do objeto pactuado.

#### **CLÁUSULA SEXTA - DO VALOR E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

Os recursos financeiros para a execução do objeto deste Convênio, neste ato fixados em R\$ 160.000,00 (cento e sessenta mil reais) , serão alocados de acordo com o cronograma de desembolso constante no Plano de Trabalho, conforme a seguinte classificação orçamentária:

I. - R\$ 143.250,00 (cento e quarenta e três mil duzentos e cinquenta reais) , relativos ao presente exercício, correrão à conta da dotação alocada no orçamento do CONCEDENTE, autorizado pela LEI Nº **14.303, DE 21 DE JANEIRO DE 2022, UG 420013**, assegurado pela Nota de Empenho **2022NE000318**, PTRES 205840, à conta de recursos oriundos do Tesouro Nacional, Fonte de Recursos 188000000, Natureza da Despesa 444042.

II. - R\$ 16.750,00 (dezesesseis mil setecentos e cinquenta reais) , relativos à contrapartida do CONVENENTE, consignados na Lei Orçamentária nº 662/2021 de 20/10/2021, do Município de **SAO JOSE DAS PALMEIRAS**.

**Subcláusula Primeira.** Em caso de ocorrência de cancelamento de Restos a Pagar, o quantitativo das metas constante no Plano de Trabalho poderá ser reduzido até a etapa que não prejudique a funcionalidade do objeto pactuado, mediante aceitação do CONCEDENTE.

**Subcláusula Segunda.** O CONVENENTE obriga-se a incluir em seu orçamento os subprojetos/subatividades contemplados pelas transferências dos recursos para a execução deste Convênio.

**Subcláusula Terceira.** Os recursos para atender às despesas em exercícios futuros estão consignados no plano plurianual ou em prévia lei que os autorize.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA - DA CONTRAPARTIDA**

Compete ao CONVENENTE integralizar a(s) parcela(s) da contrapartida financeira, em conformidade com os prazos estabelecidos no cronograma de desembolso do Plano de Trabalho, mediante depósito(s) na



conta bancária específica do Convênio, podendo haver antecipação de parcelas, inteiras ou parte, a critério do CONVENENTE.

**Subcláusula Primeira.** O aporte da contrapartida observará as disposições da lei federal anual de diretrizes orçamentárias em vigor à época da celebração do Convênio ou eventual legislação específica aplicável.

**Subcláusula Segunda.** As receitas oriundas dos rendimentos de aplicação dos recursos no mercado financeiro não poderão ser computadas como contrapartida.

**Subcláusula Terceira.** A comprovação pelo proponente de que a contrapartida proposta está devidamente assegurada, deverá ocorrer previamente à celebração do instrumento.

## CLÁUSULA OITAVA – DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS

Os recursos financeiros relativos ao repasse do CONCEDENTE e à contrapartida do CONVENENTE serão depositados e geridos na conta específica vinculada ao presente Convênio, aberta em nome do CONVENENTE exclusivamente em instituição financeira oficial, federal ou estadual.

**Subcláusula Primeira.** A conta corrente específica será nomeada fazendo-se menção ao instrumento pactuado e deverá ser registrada com o número de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ do órgão ou da entidade CONVENENTE ou da unidade executora.

**Subcláusula Segunda.** A liberação de recursos obedecerá ao cronograma de desembolso previsto no instrumento e para os instrumentos enquadrados nos níveis previstos nos incisos IV e V do art. 3º da Portaria Interministerial nº 424, de 2016, preferencialmente em parcela única.

**Subcláusula Terceira.** A liberação da primeira parcela ou parcela única ficará condicionada a(o):

- a) cumprimento das condições suspensivas constantes neste instrumento; e
- b) conclusão da análise técnica e aceite do processo licitatório pelo CONCEDENTE.

**Subcláusula Quarta.** Os recursos financeiros, enquanto não utilizados, serão aplicados conforme disposto no art. 116, § 4º, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

**Subcláusula Quinta.** Exceto no caso de liberação em parcela única, a liberação das demais parcelas ficará condicionada à execução de no mínimo 70% (setenta por cento) das parcelas liberadas anteriormente.

**Subcláusula Sexta.** Após a comprovação da homologação do processo licitatório pelo CONVENENTE, o cronograma de desembolso deverá ser ajustado em observação ao grau de execução estabelecido no referido processo licitatório.

**Subcláusula Sétima.** Na hipótese de inexistência de execução financeira após 180 (cento e oitenta) dias da liberação da primeira parcela, o instrumento será rescindido, salvo se presente alguma hipótese que autorize sua suspensão ou prorrogação motivada, conforme previsto no artigo 41, §§19 e 20 da Portaria Interministerial n. 424, de 2016.

**Subcláusula Oitava.** A execução financeira mencionada na Subcláusula Quinta será comprovada pela emissão de Ordem Bancária de Transferências Voluntárias - OBTV.

**Subcláusula Nona.** É vedada a liberação da primeira parcela de recursos para o CONVENENTE que tiver instrumentos apoiados com recursos do Governo Federal sem execução financeira por prazo superior a 180 (cento e oitenta) dias e que não tenham sido motivadamente suspensos ou prorrogados, conforme autoriza o artigo 41, §§19 e 20 da Portaria Interministerial n. 424, de 2016.

**Subcláusula Décima.** Os recursos serão liberados de acordo com a disponibilidade orçamentária e financeira do Governo Federal, em conformidade com o número de parcelas e prazos estabelecidos no cronograma de desembolso constante no Plano de Trabalho aprovado na Plataforma +Brasil, que guardará consonância com as metas, fases e etapas de execução do objeto do Convênio.

**Subcláusula Décima Primeira.** Para recebimento de cada parcela dos recursos, deverá o CONVENENTE:



- I. comprovar o aporte da contrapartida pactuada, que deverá ser depositada na conta bancária específica em conformidade com os prazos estabelecidos no cronograma de desembolso do Plano de Trabalho, podendo haver antecipação de parcelas, inteiras ou parte, a critério do conveniente; e
- II. estar em situação regular com a realização do Plano de Trabalho, com execução de no mínimo 70% (setenta por cento) das parcelas liberadas anteriormente, quando não se tratar de liberação em parcela única.

**Subcláusula Décima Segunda.** Nos termos do §3º do art. 116 da Lei nº 8.666, de 1993, a liberação das parcelas do Convênio ficará retida até o saneamento das impropriedades constatadas, quando:

- I. não houver comprovação da boa e regular aplicação da parcela anteriormente recebida, constatada pelo CONCEDENTE ou pelo órgão competente do Sistema de Controle Interno da Administração Pública Federal;
- II. for verificado o desvio de finalidade na aplicação dos recursos, atrasos não justificados no cumprimento das etapas ou fases programadas, práticas atentatórias aos princípios fundamentais de Administração Pública nas contratações e demais atos praticados na execução do Convênio, ou o inadimplemento do CONVENIENTE com relação a outras cláusulas conveniais básicas; e
- III. o CONVENIENTE deixar de adotar as medidas saneadoras apontadas pelo CONCEDENTE ou por integrantes do respectivo sistema de controle interno.

**Subcláusula Décima Terceira.** Os recursos deste Convênio, enquanto não empregados na sua finalidade, serão obrigatoriamente aplicados pelo CONVENIENTE em caderneta de poupança de instituição financeira oficial, se a previsão de seu uso for igual ou superior a um mês, ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública, quando a utilização desses recursos verificar-se em prazos menores que um mês.

**Subcláusula Décima Quarta.** Quando da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção do instrumento, os rendimentos das aplicações financeiras deverão ser devolvidos ao CONCEDENTE e ao CONVENIENTE, observada a proporcionalidade prevista na celebração, sendo vedado o aproveitamento de rendimentos para ampliação ou acréscimo de metas ao plano de trabalho pactuado.

**Subcláusula Décima Quinta.** A conta bancária específica do Convênio será preferencialmente isenta da cobrança de tarifas bancárias.

**Subcláusula Décima Sexta.** O CONVENIENTE autoriza desde já o CONCEDENTE para que solicite junto à instituição financeira albergante da conta corrente específica:

- I. a transferência dos recursos financeiros por ele repassados, bem como os seus rendimentos, para a conta única da União, caso os recursos não sejam utilizados no objeto da transferência pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias e não haja motivada suspensão ou prorrogação deste prazo, nos termos da Subcláusula Sétima;
- II. o resgate dos saldos remanescentes, nos casos em que não houver a devolução dos recursos, no prazo previsto no art. 60 da Portaria Interministerial nº 424, de 2016.

**Subcláusula Décima Sétima.** O CONCEDENTE deverá solicitar, no caso da Subcláusula Décima Segunda, junto à instituição financeira albergante da conta corrente específica, a transferência dos recursos financeiros por ele repassados, bem como os seus rendimentos, para a conta única da União.

**Subcláusula Décima Oitava.** No caso de paralisação da execução pelo prazo disposto na Subcláusula Décima Quarta, inciso I, a conta corrente específica do instrumento deverá ser bloqueada pelo prazo de até 180 (cento e oitenta) dias.

**Subcláusula Décima Nona.** É vedada a liberação de recursos pelo CONCEDENTE nos três meses que antecedem o pleito eleitoral, nos termos da alínea "a" do inciso VI do art. 73 da Lei nº 9.504, de 1997, ressalvadas as exceções previstas em lei.

**Subcláusula Vigésima.** O sigilo bancário dos recursos públicos envolvidos neste Convênio não será oponível ao CONCEDENTE e nem aos órgãos públicos fiscalizadores.



240  
S

**Subcláusula Vigésima Primeira.** Os recursos deverão ser mantidos na conta corrente específica do instrumento e somente poderão ser utilizados para pagamento de despesas constantes do Plano de Trabalho ou para aplicação no mercado financeiro, nas hipóteses previstas em lei ou na Portaria Interministerial nº 424, de 2016.

## CLÁUSULA NONA – DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS

O presente Convênio deverá ser executado fielmente pelos partícipes, de acordo com as cláusulas pactuadas e a legislação aplicável.

**Subcláusula Primeira.** É vedado ao CONVENENTE, sob pena de rescisão do ajuste:

- I. utilizar, ainda que em caráter emergencial, os recursos em finalidade diversa da estabelecida neste instrumento;
- II. realizar despesas em data anterior à vigência do Convênio;
- III. efetuar pagamento em data posterior à vigência do Convênio, salvo se o fato gerador da despesa tenha ocorrido durante a vigência deste instrumento;
- IV. efetuar pagamento, a qualquer título, a servidor ou empregado público integrante de quadro de pessoal de órgão ou entidade pública da administração direta ou indireta, inclusive por serviços de consultoria ou assistência técnica, salvo nas hipóteses previstas em leis específicas e na Lei de Diretrizes Orçamentárias;
- V. realizar despesas com taxas bancárias, multas, juros ou correção monetária, inclusive referentes a pagamentos ou recolhimentos fora do prazo, exceto no que se refere às multas e aos juros, se decorrentes de atraso na transferência de recursos pelo CONCEDENTE e desde que os prazos para pagamento e os percentuais sejam os mesmos aplicados no mercado;
- VI. realizar despesas a título de taxa de administração, de gerência ou similar;
- VII. realizar despesas com publicidade, salvo a de caráter educativo, informativo ou de orientação social, da qual não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal e desde que previstas no Plano de Trabalho.
- VIII. transferir recursos para clubes e associações de servidores ou quaisquer outras entidades congêneres, exceto para creches e escolas para o atendimento pré-escolar;
- IX. transferir recursos liberados pelo CONCEDENTE, no todo ou em parte, a conta que não a vinculada ao presente Convênio;
- X. celebrar contrato, convênio ou outro tipo de parceria com entidades impedidas de receber recursos federais;
- XI. pagar, a qualquer título, a empresas privadas que tenham em seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista, do órgão celebrante, por serviços prestados, inclusive consultoria, assistência técnica ou assemelhados, salvo nas eventuais hipóteses previstas em leis específicas e na Lei de Diretrizes Orçamentárias;
- XII. subdelegar as obrigações assumidas por meio do presente convênio, salvo se permitido neste instrumento e em norma correlata, bem como se houver anuência expressa por parte do CONCEDENTE;
- XIII. realizar o aproveitamento de rendimentos para ampliação ou acréscimo de metas ao plano de trabalho pactuado; e
- XIV. utilizar os recursos do instrumento para aquisição ou construção de bem que desobedeça a Lei n. 6.454, de 1977.

**Subcláusula Segunda.** Os atos referentes à movimentação dos recursos depositados na conta específica deste Convênio serão realizados ou registrados na Plataforma +Brasil e os respectivos pagamentos serão efetuados pelo CONVENENTE mediante crédito na conta corrente de titularidade dos fornecedores e



prestadores de serviço, facultada a dispensa deste procedimento nos seguintes casos, em que o crédito poderá ser realizado em conta corrente de titularidade do próprio CONVENENTE, devendo ser registrado na Plataforma +Brasil o beneficiário final da despesa:

- I. por ato da autoridade máxima do CONCEDENTE;
- II. na execução do objeto pelo CONVENENTE por regime direto; e
- III. no ressarcimento ao CONVENENTE por pagamentos realizados às próprias custas decorrentes de atrasos na liberação de recursos pelo CONCEDENTE e em valores além da contrapartida pactuada.

**Subcláusula Terceira.** Antes da realização de cada pagamento, o CONVENENTE incluirá na Plataforma +Brasil, no mínimo, as seguintes informações:

- I. a destinação do recurso;
- II. o nome e CNPJ ou CPF do fornecedor, quando for o caso;
- III. o contrato a que se refere o pagamento realizado;
- IV. informações das notas fiscais ou documentos contábeis; e
- V. a meta, etapa ou fase do Plano de Trabalho relativa ao pagamento.

**Subcláusula Quarta.** Excepcionalmente, mediante mecanismo que permita a identificação do beneficiário do pagamento pela instituição financeira depositária, poderá ser realizado, no decorrer da vigência do instrumento, um único pagamento por pessoa física que não possua conta bancária, até o limite de R\$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais).

**Subcláusula Quinta.** No caso de fornecimento de equipamentos e materiais especiais de fabricação específica, o desbloqueio de parcela para pagamento da respectiva despesa far-se-á na forma do art. 38 do Decreto nº 93.872, de 1986, observadas as seguintes condições:

- I. esteja caracterizada a necessidade de adiantar recursos ao fornecedor para viabilizar a produção de material ou equipamento especial, fora da linha de produção usual, e com especificação singular destinada a empreendimento específico;
- II. o pagamento antecipado das parcelas tenha sido previsto no edital de licitação e no CTEF dos materiais ou equipamentos; e
- III. o fornecedor ou o CONVENENTE apresentem uma carta fiança bancária ou instrumento congênere no valor do adiantamento pretendido.

## **CLÁUSULA DÉCIMA – DA CONTRATAÇÃO COM TERCEIROS**

O CONVENENTE deverá observar, quando da contratação de terceiros para execução de serviços ou aquisição de bens com recursos da União vinculados à execução do objeto deste Convênio, as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 17 de junho de 2002, e demais normas federais, estaduais e municipais pertinentes às licitações e contratos administrativos, inclusive os procedimentos ali definidos para os casos de dispensa e/ou inexigibilidade de licitação.

**Subcláusula Primeira.** Os editais de licitação para consecução do objeto conveniado serão publicados pelo CONVENENTE após a assinatura do presente Convênio, devendo a publicação do extrato dos editais observar as disposições da legislação específica aplicável ao respectivo processo licitatório, obedecido o disposto no art. 49 da Portaria Interministerial n. 424, de 2016.

**Subcláusula Segunda.** O prazo para início do procedimento licitatório será de até sessenta dias, contados da data de assinatura do instrumento ou, havendo cláusula suspensiva, do aceite do termo de referência, e poderá ser prorrogado uma única vez, desde que motivado pelo CONVENENTE e aceito pelo CONCEDENTE.



**Subcláusula Terceira.** Excepcionalmente, quando o objeto envolver a aquisição de equipamentos ou a execução de custeio, em casos devidamente justificados pelo CONVENENTE e admitidos pelo CONCEDENTE, poderão ser aceitos, desde que observadas as condicionantes previstas no artigo 50-A da Portaria Interministerial nº 424, de 2016:

- a) licitação realizada antes da assinatura do instrumento;
- b) adesão à ata de registro de preços, mesmo que o registro tenha sido homologado em data anterior ao início da vigência do instrumento;
- c) contrato celebrado em data anterior ao início da vigência do instrumento.

**Subcláusula Quarta.** Nos casos de que trata a Subcláusula Terceira, somente serão aceitas as despesas que ocorrerem durante o período de vigência do instrumento de transferência voluntária e a liberação dos recursos está condicionada à conclusão da análise técnica e ao aceite do processo licitatório pelo CONCEDENTE.

**Subcláusula Quinta.** Para aquisição de bens e serviços comuns, será obrigatório o uso da modalidade pregão, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002 e de seu regulamento, na forma eletrônica, exceto nos casos em que a lei ou a regulamentação específica que dispuser sobre a modalidade de transferência discipline de forma diversa as contratações com os recursos do repasse.

**Subcláusula Sexta.** Na contratação de bens e serviços com recursos do presente Convênio, o CONVENENTE deverá observar os critérios de sustentabilidade ambiental dispostos nos artigos 2º a 6º da Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010, no que couber.

**Subcláusula Sétima.** As atas e as informações sobre os participantes e respectivas propostas decorrentes das licitações, bem como as informações referentes às dispensas e inexigibilidades, deverão ser registradas na Plataforma +Brasil.

**Subcláusula Oitava.** O CONCEDENTE deverá verificar os procedimentos licitatórios realizados pelo CONVENENTE, atendo-se à documentação no que tange aos seguintes aspectos:

- I. contemporaneidade do certame ou subsunção a uma das hipóteses do artigo 50-A da Portaria Interministerial nº 424, de 2016;
- II. compatibilidade dos preços do licitante vencedor com os preços de referência;
- III. enquadramento do objeto conveniado com o efetivamente licitado, e
- IV. fornecimento de declaração expressa firmada por representante legal do CONVENENTE ou registro na Plataforma +Brasil que a substitua, atestando o atendimento às disposições legais aplicáveis ao procedimento licitatório.

**Subcláusula Nona.** Compete ao CONVENENTE:

- I. realizar, sob sua inteira responsabilidade, sempre que optar pela execução indireta de serviços, o processo licitatório nos termos da Lei nº 8.666, de 1993, e demais normas pertinentes à matéria, assegurando a correção dos procedimentos legais, além da disponibilização da contrapartida, quando for o caso;
- II. registrar na Plataforma +Brasil o extrato do edital de licitação, o preço estimado pela Administração Pública para a execução do serviço e a proposta de preço total ofertada por cada licitante com o seu respectivo CNPJ, o termo de homologação e adjudicação, o extrato do Contrato Administrativo de Execução ou Fornecimento – CTEF e seus respectivos aditivos;
- III. prever no edital de licitação e no Contrato Administrativo de Execução ou Fornecimento – CTEF que a responsabilidade pela qualidade dos materiais e serviços executados ou fornecidos é da empresa contratada para esta finalidade, inclusive a promoção de readequações, sempre que detectadas impropriedades que possam comprometer a consecução do objeto conveniado;
- IV. exercer, na qualidade de contratante, a fiscalização sobre o Contrato Administrativo de Execução ou Fornecimento – CTEF, nos termos do art. 7º, inciso IX e §§ 4º a 6º da Portaria Interministerial nº 424, de 2016;



V. inserir cláusula, nos contratos celebrados à conta dos recursos deste Convênio, que obrigue o contratado a conceder livre acesso de servidores do CONCEDENTE, bem como dos órgãos de controle interno e externo, aos processos, documentos, informações, registros contábeis e locais de execução, referentes ao objeto contratado, inclusive nos casos em que a instituição financeira oficial não controlada pela União faça a gestão da conta bancária específica do Convênio.

**Subcláusula Décima.** É vedada, na hipótese de aplicação de recursos federais transferidos mediante o presente Convênio, a participação em licitação ou a contratação de empresas que constem:

- I. no cadastro de empresas inidôneas do Tribunal de Contas da União, do Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União;
- II. no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF como impedidas ou suspensas; ou
- III. no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade, supervisionado pelo Conselho Nacional de Justiça.

**Subcláusula Décima Primeira.** O CONVENIENTE deve consultar a situação do fornecedor selecionado no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, por meio de acesso ao Portal da Transparência na internet, antes de solicitar a prestação do serviço ou a entrega do bem.

**Subcláusula Décima Segunda.** Nos casos em que a execução do objeto do Convênio, conforme previsto no plano de trabalho, envolver parceria do CONVENIENTE com entidade(s) privada(s) sem finalidade lucrativa, deverá ser observado o disposto na legislação específica que rege a parceria.

**Subcláusula Décima Terceira.** Nos casos em que empresa pública, sociedade de economia mista ou suas subsidiárias figurem como conveniente ou unidade executora, deverão ser observadas as disposições da Lei nº 13.303, de 2016, quando da contratação de terceiros.

**Subcláusula Décima Quarta.** No caso de termo de colaboração, termo de fomento ou acordo de cooperação com Organizações da Sociedade Civil (OSC), deverão ser observadas a Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, e as normas estaduais, distritais ou municipais aplicáveis.

## CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA ALTERAÇÃO DO CONVÊNIO

Este Convênio poderá ser alterado por termo aditivo mediante proposta do CONVENIENTE, devidamente formalizada e justificada, a ser apresentada ao CONCEDENTE para análise e decisão, no prazo mínimo de 60 (sessenta) dias antes do término da vigência, vedada a alteração do objeto aprovado.

**Subcláusula Primeira.** Nos eventuais ajustes realizados durante a execução do objeto, deverá o CONVENIENTE demonstrar a respectiva necessidade e os benefícios que se pretende agregar ao projeto, cuja justificativa, uma vez aprovada pela autoridade competente do CONCEDENTE, integrará o Plano de Trabalho.

**Subcláusula Segunda.** No caso de aumento de metas, a proposta deverá ser acompanhada dos respectivos ajustes no Plano de Trabalho, de orçamentos detalhados e de relatórios que demonstrem a regular execução das metas, etapas e fases já pactuadas.

## CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO ACOMPANHAMENTO

Incumbe ao CONCEDENTE exercer as atribuições de monitoramento e acompanhamento da conformidade física e financeira durante a execução do Convênio, além da avaliação da execução física e dos resultados, na forma dos artigos 53 a 58 da Portaria Interministerial nº 424, de 2016, de forma a garantir a regularidade dos atos praticados e a plena execução do objeto, podendo assumir ou transferir a responsabilidade pela sua execução, no caso de paralisação ou ocorrência de fato relevante, de modo a evitar sua descontinuidade, respondendo o CONVENIENTE, em todo caso, pelos danos causados a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do instrumento.



**Subcláusula Primeira.** O CONCEDENTE designará e registrará na Plataforma +Brasil representante para o acompanhamento da execução deste Convênio, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à consecução do objeto, adotando as medidas necessárias à regularização das falhas observadas, verificando:

- I. a comprovação da boa e regular aplicação dos recursos, na forma da legislação aplicável;
- II. a compatibilidade entre a execução do objeto, o que foi estabelecido no Plano de Trabalho e os desembolsos e pagamentos, conforme os cronogramas apresentados;
- III. a regularidade das informações registradas pelo CONVENENTE na Plataforma +Brasil;
- IV. o cumprimento das metas do Plano de Trabalho nas condições estabelecidas.

**Subcláusula Segunda.** No prazo máximo de 10 (dez) dias contados da assinatura do presente instrumento, o CONCEDENTE deverá designar formalmente o servidor ou empregado responsável pelo seu acompanhamento.

**Subcláusula Terceira.** No exercício da atividade de acompanhamento da execução do objeto, o CONCEDENTE poderá:

- I. valer-se do apoio técnico de terceiros;
- II. delegar competência ou firmar parcerias com outros órgãos ou entidades que se situem próximos ao local de aplicação dos recursos, com tal finalidade;
- III. reorientar ações e decidir quanto à aceitação de justificativas sobre impropriedades identificadas na execução do instrumento;
- IV. solicitar diretamente à instituição financeira comprovantes de movimentação da conta bancária específica do Convênio;
- V. programar visitas ao local da execução, quando identificada a necessidade, observado o disposto no art. 54, caput, inciso II e §2º, da Portaria Interministerial nº 424, de 2016;
- VI. utilizar ferramentas tecnológicas de verificação do alcance de resultados, incluídas as redes sociais na internet, aplicativos e outros mecanismos de tecnologia da informação; e
- VII. valer-se de outras formas de acompanhamento autorizadas pela legislação aplicável.

**Subcláusula Quarta.** Constatadas irregularidades decorrentes do uso dos recursos ou outras pendências de ordem técnica, apuradas durante a execução do Convênio, o CONCEDENTE suspenderá a liberação de parcelas de recursos pendentes e comunicará o CONVENENTE para sanear a situação ou prestar informações e esclarecimentos, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, prorrogável por igual período.

**Subcláusula Quinta.** Recebidos os esclarecimentos e informações solicitados, o CONCEDENTE, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, apreciará, decidirá e comunicará quanto à aceitação, ou não, das justificativas apresentadas e, se for o caso, realizará a apuração do dano.

**Subcláusula Sexta.** Prestadas as justificativas, o CONCEDENTE, aceitando-os, fará constar nos autos do processo as justificativas prestadas.

**Subcláusula Sétima.** Caso as justificativas não sejam acatadas, o CONCEDENTE abrirá prazo de 45 (quarenta e cinco) dias para o CONVENENTE regularizar a pendência e, havendo dano ao erário, deverá adotar as medidas necessárias ao respectivo ressarcimento.

**Subcláusula Oitava.** A utilização dos recursos em desconformidade com o pactuado no instrumento ensejará obrigação do CONVENENTE devolvê-los devidamente atualizados, conforme exigido para a quitação de débitos para com a Fazenda Nacional, com base na variação da Taxa Referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC, acumulada mensalmente, até o último dia do mês anterior ao da devolução dos recursos, acrescido esse montante de 1% (um por cento) no mês de efetivação da devolução dos recursos à conta única do Tesouro.

**Subcláusula Nona.** A permanência da irregularidade após o prazo estabelecido na Subcláusula Sétima ensejará o registro de inadimplência na Plataforma +Brasil e, no caso de dano ao erário, a imediata instauração de Tomada de Contas Especial ou, na hipótese de aplicação do artigo 6º da Instrução



245  
7

Normativa TCU 71, de 2012, a adoção de outras medidas administrativas ao alcance da autoridade administrativa ou ainda requerer ao órgão jurídico pertinente as medidas judiciais e extrajudiciais cabíveis, com vistas à obtenção do ressarcimento do débito apurado, inclusive o protesto, se for o caso, sem prejuízo da inscrição do CONVENENTE no Cadastro Informativo dos Créditos não quitados de órgãos e entidades federais (CADIN), nos termos da Lei nº 10.522, de 2002.

**Subcláusula Décima.** As comunicações elencadas nas Subcláusulas Quarta, Quinta e Sétima serão realizadas por meio de correspondência com aviso de recebimento - AR, devendo a notificação ser registrada na Plataforma +Brasil, enviando cópia, em todos os casos, para a Secretaria da Fazenda ou secretaria similar e para o Poder Legislativo relativos ao CONVENENTE.

**Subcláusula Décima Primeira.** Aquele que, por ação ou omissão, causar embaraço, constrangimento ou obstáculo à atuação do CONCEDENTE e dos órgãos de controle interno e externo do Poder Executivo Federal, no desempenho de suas funções institucionais relativas ao acompanhamento e fiscalização dos recursos federais transferidos, ficará sujeito à responsabilização administrativa, civil e penal.

**Subcláusula Décima Segunda.** Os agentes que fizerem parte do ciclo de transferência de recursos são responsáveis, para todos os efeitos, pelos atos que praticarem no acompanhamento e fiscalização da execução deste instrumento, não cabendo a responsabilização do CONCEDENTE por inconformidades ou irregularidades praticadas pelo CONVENENTE, salvo nos casos em que as falhas decorrerem de omissão de responsabilidade atribuída ao CONCEDENTE. O CONVENENTE responde pelos danos causados a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do Convênio.

**Subcláusula Décima Terceira.** O CONCEDENTE comunicará aos órgãos de controle qualquer irregularidade da qual tenha tomado conhecimento e, havendo fundada suspeita da prática de crime ou de ato de improbidade administrativa, cientificará a Advocacia-Geral da União e os Ministérios Públicos Federal e Estadual, nos termos dos artigos 7º, §3º e 58 da Portaria Interministerial nº 424, de 2016.

### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA FISCALIZAÇÃO

Incumbe ao CONVENENTE exercer a atribuição de fiscalização, a qual consiste na atividade administrativa, prevista nas legislações específicas de licitação e contratos, que deve ser realizada de modo sistemático pelo conveniente e seus prepostos, com a finalidade de verificar o cumprimento das disposições contratuais, técnicas e administrativas em todos os seus aspectos.

**Subcláusula Única.** O CONVENENTE designará e registrará na Plataforma +Brasil representante para o acompanhamento da execução deste Convênio, o qual anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à consecução do objeto, adotando as medidas necessárias à regularização das falhas observadas.

### CLÁUSULA DECIMA QUARTA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

O órgão ou entidade que receber recursos por meio deste Convênio estará sujeito a prestar contas da sua boa e regular aplicação, na forma estabelecida pelos artigos 59 a 64 da Portaria Interministerial nº 424, de 2016.

**Subcláusula Primeira.** A prestação de contas financeira consiste no procedimento de acompanhamento sistemático da conformidade financeira, considerando o início e o fim da vigência do presente instrumento, devendo o registro e a verificação da conformidade financeira ser realizados durante todo o período de execução do instrumento, conforme disposto no art. 56 da Portaria Interministerial nº 424, de 2016.

**Subcláusula Segunda.** A prestação de contas técnica consiste no procedimento de análise dos elementos que comprovam, sob os aspectos técnicos, a execução integral do objeto e o alcance dos resultados previstos nos instrumentos.



**Subcláusula Terceira.** A prestação de contas deverá ser registrada pelo CONCEDENTE na Plataforma

+Brasil, iniciando-se concomitantemente com a liberação da primeira parcela dos recursos financeiros do Convênio.

**Subcláusula Quarta.** A prestação de contas final deverá ser apresentada no prazo de até 60 (sessenta) dias, contados do término de sua vigência ou da conclusão da execução do objeto, o que ocorrer primeiro, e será composta, além dos documentos e informações registrados pelo CONVENENTE na Plataforma +Brasil, pelo seguinte:

- I. relatório de cumprimento do objeto, que deverá conter os subsídios necessários para a avaliação e manifestação do gestor quanto à efetiva conclusão do objeto pactuado;
- II. declaração de realização dos objetivos a que se propunha o Convênio;
- III. comprovante de recolhimento do saldo de recursos, quando houver; e
- IV. termo de compromisso por meio do qual o CONVENENTE se obriga a manter os documentos relacionados ao Convênio, nos termos do §3º do art. 4º da Portaria Interministerial nº 424, de 2016.

**Subcláusula Quinta.** Quando a prestação de contas não for encaminhada no prazo estabelecido neste instrumento, o CONCEDENTE estabelecerá o prazo adicional máximo de 45 (quarenta e cinco) dias para sua apresentação.

**Subcláusula Sexta.** Se, ao término do prazo estabelecido na Subcláusula Quinta, o CONVENENTE não apresentar a prestação de contas na Plataforma +Brasil nem devolver os recursos, o CONCEDENTE registrará a inadimplência na Plataforma +Brasil por omissão do dever de prestar contas e comunicará o fato ao órgão de contabilidade analítica a que estiver vinculado, para fins de instauração de Tomada de Contas Especial sob aquele argumento e adoção de outras medidas para reparação do dano ao erário, sob pena de responsabilização solidária.

**Subcláusula Sétima.** Caso não tenha havido qualquer execução física nem utilização dos recursos do presente Convênio, o recolhimento à conta única do Tesouro deverá ocorrer sem a incidência dos juros de mora, sem prejuízo da restituição das receitas obtidas nas aplicações financeiras realizadas.

**Subcláusula Oitava.** O CONCEDENTE deverá registrar na Plataforma +Brasil o recebimento da prestação de contas, cuja análise:

- I. para avaliação do cumprimento do objeto, será feita no encerramento do instrumento, com base nas informações contidas nos documentos relacionados nos incisos da Subcláusula Quarta desta Cláusula;
- II. para avaliação da conformidade financeira, será feita durante o período de vigência do instrumento, devendo constar do parecer final de análise da prestação de contas somente impropriedades ou irregularidades não sanadas até a finalização do documento conclusivo.

**Subcláusula Nona.** A análise da prestação de contas, além do ateste da conclusão da execução física do objeto, conterà os apontamentos relativos à execução financeira não sanados durante o período de vigência do Convênio.

**Subcláusula Décima.** Objetivando a complementação dos elementos necessários à análise da prestação de contas dos instrumentos, poderão ser utilizados subsidiariamente pelo CONCEDENTE os relatórios, boletins de verificação ou outros documentos produzidos pelo Ministério Público ou pelo Tribunal de Contas, durante as atividades regulares de suas funções.

**Subcláusula Décima Primeira.** Antes da tomada da decisão final de que trata a Subcláusula Décima Quinta, caso constatada irregularidade na prestação de contas ou na comprovação de resultados, o CONCEDENTE notificará o CONVENENTE para sanar a irregularidade no prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias (art. 10, §9º, do Decreto nº 6.170, de 2007, c/c art. 59, §9º, da Portaria Interministerial nº 424, de 2016).

**Subcláusula Décima Segunda.** A notificação prévia, prevista na Subcláusula Décima Primeira, será feita por meio de correspondência com aviso de recebimento - AR, com cópia para a Secretaria da Fazenda ou secretaria similar e para o Poder Legislativo relativos ao CONVENENTE, devendo a notificação ser registrada na Plataforma +Brasil.



**Subcláusula Décima Terceira.** O registro da inadimplência na Plataforma +Brasil só será efetivado após a concessão do prazo da notificação prévia, caso o CONVENIENTE não comprove o saneamento das irregularidades apontadas.

**Subcláusula Décima Quarta.** O CONCEDENTE terá o prazo de um ano, prorrogável por igual período mediante justificativa, contado da data do recebimento, para analisar conclusivamente a prestação de contas, com fundamento no parecer técnico expedido pelas áreas competentes. O eventual ato de aprovação da prestação de contas deverá ser registrado na Plataforma +Brasil, cabendo ao CONCEDENTE prestar declaração expressa acerca do cumprimento do objeto e de que os recursos transferidos tiveram boa e regular aplicação.

**Subcláusula Décima Quinta.** A análise da prestação de contas pelo CONCEDENTE poderá resultar em:

- I. aprovação;
- II. aprovação com ressalvas, quando evidenciada impropriedade ou outra falta de natureza formal de que não resulte dano ao erário; ou
- III. rejeição, com a determinação da imediata instauração de Tomada de Contas Especial, caso sejam exauridas as providências cabíveis para regularização da pendência ou reparação do dano, nos termos da Subcláusula Décima Sétima.

**Subcláusula Décima Sexta.** Quando for o caso de rejeição da prestação de contas em que o valor do dano ao erário seja inferior a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), o CONCEDENTE poderá, mediante justificativa e registro do inadimplemento no CADIN, aprovar a prestação de contas com ressalva.

**Subcláusula Décima Sétima.** Caso a prestação de contas não seja aprovada, exauridas todas as providências cabíveis para regularização da pendência ou reparação do dano, a autoridade competente do CONCEDENTE, sob pena de responsabilização solidária, registrará o fato na Plataforma +Brasil e adotará as providências necessárias à instauração da Tomada de Contas Especial, observando os artigos 70 a 72 da Portaria Interministerial nº 424, de 2016, com posterior encaminhamento do processo à unidade setorial de contabilidade a que estiver jurisdicionado para os devidos registros de sua competência.

**Subcláusula Décima Oitava.** Na hipótese de aplicação do artigo 6º da Instrução Normativa TCU 71, de 2012, a autoridade administrativa adotará medidas administrativas ao seu alcance ou requerer ao órgão jurídico pertinente as medidas judiciais e extrajudiciais cabíveis, com vistas à obtenção do ressarcimento do débito apurado, inclusive o protesto, se for o caso.

**Subcláusula Décima Nona.** Findo o prazo de que trata a Subcláusula Décima Quarta desta cláusula, considerada eventual prorrogação, a ausência de decisão sobre a aprovação da prestação de contas pelo CONCEDENTE poderá resultar no registro de restrição contábil do órgão ou entidade pública referente ao exercício em que ocorreu o fato.

**Subcláusula Vigésima.** Caberá ao prefeito ou governador sucessor da CONVENIENTE prestar contas dos recursos provenientes de instrumentos firmados pelos seus antecessores.

## CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA RESTITUIÇÃO DE RECURSOS

Quando da conclusão do objeto pactuado, da denúncia, da rescisão ou da extinção deste Convênio, o CONVENIENTE, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, sob pena de imediata instauração de Tomada de Contas Especial do responsável, providenciada pela autoridade competente do órgão ou entidade concedente, obriga-se a recolher à CONTA ÚNICA DO TESOIRO NACIONAL, no Banco do Brasil S.A., em favor da União, por meio de Guia de Recolhimento da União – GRU, disponível no site [www.tesouro.fazenda.gov.br](http://www.tesouro.fazenda.gov.br), portal SIAFI, informando a Unidade Gestora (UG) 420013 e Gestão 00001 (Tesouro) e:

- I. o eventual saldo remanescente dos recursos financeiros, inclusive o proveniente das receitas obtidas nas aplicações financeiras realizadas e não utilizadas no objeto pactuado, ainda que não tenha havido



aplicação, informando o número e a data do Convênio;

II. o valor total transferido pelo CONCEDENTE, atualizado monetariamente e acrescido de juros legais, na forma da legislação aplicável aos débitos para com a Fazenda Nacional, a partir da data de recebimento, nos seguintes casos:

a) quando não for executado o objeto do Convênio, excetuada a hipótese prevista no art. 59, § 2º, da Portaria Interministerial nº 424, de 2016, em que não haverá incidência de juros de mora, sem prejuízo da restituição das receitas obtidas nas aplicações financeiras realizadas;

b) quando não for apresentada a prestação de contas no prazo fixado neste instrumento; e

c) quando os recursos forem utilizados em finalidade diversa da estabelecida neste Convênio.

III. o valor correspondente às despesas comprovadas com documentos inidôneos ou impugnados, atualizado monetariamente e acrescido de juros legais.

**Subcláusula Primeira.** A devolução prevista nesta Cláusula será realizada com observância da proporcionalidade dos recursos transferidos pelo CONCEDENTE e os da contrapartida do CONVENENTE, independentemente da época em que foram aportados pelos participantes.

**Subcláusula Segunda.** A inobservância ao disposto nesta Cláusula enseja a instauração de Tomada de Contas Especial ou, na hipótese de aplicação do artigo 6º da Instrução Normativa TCU 71, de 2012, a adoção de outras medidas administrativas ao alcance da autoridade administrativa ou ainda requerer ao órgão jurídico pertinente as medidas judiciais e extrajudiciais cabíveis, com vistas à obtenção do ressarcimento do débito apurado, inclusive o protesto, se for o caso, sem prejuízo da inscrição do CONVENENTE no Cadastro Informativo dos Créditos não quitados de órgãos e entidades federais (CADIN), nos termos da Lei nº 10.522, de 2002.

**Subcláusula Terceira.** Nos casos de descumprimento do prazo previsto no caput, o CONCEDENTE deverá solicitar à instituição financeira albergante da conta corrente específica da transferência a devolução imediata, para a conta única do Tesouro Nacional, dos saldos remanescentes da conta corrente específica do instrumento.

**Subcláusula Quarta.** Nos casos em que a devolução de recursos se der em função da não execução do objeto pactuado ou devido a extinção ou rescisão do instrumento, é obrigatória a divulgação em sítio eletrônico institucional, pelo CONCEDENTE e CONVENENTE, das informações referentes aos valores devolvidos e dos motivos que deram causa à referida devolução.

## CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS BENS REMANESCENTES

Os bens remanescentes adquiridos ou produzidos no âmbito deste Convênio serão de propriedade do CONVENENTE, observadas as disposições do Decreto nº 6.170, de 2007 e da Portaria Interministerial nº 424, de 2016.

**Subcláusula Primeira.** Consideram-se bens remanescentes os equipamentos e materiais permanentes adquiridos com recursos dos instrumentos necessários à consecução do objeto, mas que não se incorporam a este.

**Subcláusula Segunda.** O CONVENENTE deverá contabilizar e proceder à guarda dos bens remanescentes, bem como encaminhar manifestação ao CONCEDENTE com o compromisso de utilizá-los para assegurar a continuidade do programa governamental, devendo nesse documento estar claras as regras e diretrizes de utilização dos bens.

## CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA DENÚNCIA E RESCISÃO

O presente Convênio poderá ser:



249  
b

I. **denunciado** a qualquer tempo, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e auferindo as vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença;

II. **rescindido**, independente de prévia notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses:

- a) utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho;
- b) inadimplemento de quaisquer das cláusulas pactuadas;
- c) constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção em qualquer documento apresentado; e
- d) verificação da ocorrência de qualquer circunstância que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial, observado o disposto nos artigos 71 e 72 da Portaria Interministerial nº 424, de 2016;
- e) inexistência de execução financeira após 180 (cento e oitenta) dias da liberação da primeira parcela, salvo as hipóteses em que houve motivada prorrogação deste prazo, conforme autorização excepcional trazida pela Portaria Interministerial nº 424, de 2016.
- f) inexistência de comprovação de retomada da execução, após findo o prazo previsto na Cláusula Oitava, Subcláusula Décima Quinta deste instrumento, situação em que incumbirá ao concedente:

1. solicitar junto à instituição financeira albergante da conta corrente específica, a transferência dos recursos financeiros por ele repassados, bem como os seus rendimentos, para a conta única da União; e

2. analisar a prestação de contas, em atenção ao disposto na cláusula Décima Quarta deste instrumento.

**Subcláusula Primeira.** A rescisão do Convênio, quando resulte dano ao erário, enseja a instauração de Tomada de Contas Especial ou inscrição do débito nos sistemas da Dívida Ativa da União, exceto se houver a devolução dos recursos devidamente corrigidos, sem prejuízo, no último caso, da continuidade da apuração, por medidas administrativas próprias, quando identificadas outras irregularidades decorrentes do ato praticado.

**Subcláusula Segunda.** No prazo máximo de 60 (sessenta) dias, a contar da denúncia ou rescisão do instrumento, o concedente providenciará o cancelamento dos saldos de empenho.

## CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA PUBLICIDADE

A eficácia do presente Convênio fica condicionada à publicação do respectivo extrato no Diário Oficial da União, a qual deverá ser providenciada pelo CONCEDENTE no prazo de até 20 (vinte) dias a contar da respectiva assinatura.

**Subcláusula Primeira.** Será dada publicidade em sítio eletrônico específico denominado Plataforma +Brasil aos atos de celebração, alteração, liberação de recursos, acompanhamento e fiscalização da execução e a prestação de contas do presente instrumento.

**Subcláusula Segunda.** O CONCEDENTE notificará a celebração deste Convênio à Câmara Municipal, Assembleia Legislativa ou Câmara Legislativa, conforme o caso, no prazo de 10 (dez) dias contados da assinatura, bem como da liberação dos recursos financeiros correspondentes, no prazo de 2 (dois) dias úteis contados da data da liberação, facultando-se a comunicação por meio eletrônico.

**Subcláusula Terceira.** O CONVENIENTE obriga-se a:

- I. caso seja município ou o Distrito Federal, a notificar os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais, com sede no município, quando da liberação de recursos relativos ao presente Convênio, no prazo de até dois dias úteis, nos termos do art. 2º da Lei nº 9.452, de 1997, facultada a notificação por meio eletrônico;
- II. cientificar da celebração deste Convênio o conselho local ou instância de controle social da área vinculada ao programa de governo que originou a transferência de recursos, quando houver;



250  
h

III. disponibilizar, em seu sítio eletrônico na internet ou, na sua falta, em sua sede, em local de fácil visibilidade, consulta ao extrato deste Convênio, contendo, pelo menos, o objeto, a finalidade, os valores e as datas de liberação e detalhamento na aplicação dos recursos, bem como as contratações realizadas para a execução do objeto pactuado, ou inserir link em sua página eletrônica oficial que possibilite acesso direto à Plataforma +Brasil.

### CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DAS CONDIÇÕES GERAIS

Acordam os partícipes, ainda, em estabelecer as seguintes condições:

- I. todas as comunicações relativas a este Convênio serão consideradas como regularmente efetuadas quando realizadas por intermédio da Plataforma +Brasil, exceto quando a legislação regente tiver estabelecido forma especial;
- II. as mensagens e documentos resultantes de eventual transmissão via fac-símile, não poderão constituir-se em peças de processo e os respectivos originais deverão ser encaminhados no prazo de 05 (cinco) dias;
- III. as reuniões entre os representantes credenciados pelos partícipes, bem como quaisquer ocorrências que possam ter implicações neste Convênio, serão aceitas somente se registradas em ata ou relatórios circunstanciados; e
- IV. as exigências que não puderem ser cumpridas por meio da Plataforma +Brasil deverão ser supridas através da regular instrução processual.

### CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA CONCILIAÇÃO E DO FORO

Os partícipes comprometem-se a submeter eventuais controvérsias, decorrentes do presente ajuste, à tentativa de conciliação perante a Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal (CCAF), da Advocacia-Geral da União, nos termos do art. 37 da Lei nº 13.140, de 2015, do art. 11 da Medida Provisória nº 2.180-35, de 24 de agosto de 2001, e do art. 18, inciso III, do Anexo I ao Decreto nº 7.392, de 13 de dezembro de 2010. Não logrando êxito a conciliação, será competente para dirimir as questões decorrentes deste Convênio, o foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do Distrito Federal, por força do inciso I do art. 109 da Constituição Federal.

E, por assim estarem plenamente de acordo, os partícipes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos do presente instrumento, o qual lido e achado conforme SEI, de igual teor e forma, que vão assinadas pelos partícipes, para que produza seus legais efeitos, em Juízo ou fora dele.

Brasília/DF, 16 de setembro de 2022.

**CLEBER OLIVEIRA SOARES**

**NELTON BRUM**

Secretário de Inovação, Desenvolvimento  
Sustentável e Irrigação .

Prefeito Municipal de SAO JOSE DAS  
PALMEIRAS/PR



Documento assinado eletronicamente por **Nelton Brum, Usuário Externo**, em 28/09/2022, às 14:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

Documento assinado eletronicamente por **CLEBER OLIVEIRA SOARES, Secretário(a)**, em 30/09/2022,





às 16:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site:

[https://sei.agro.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?](https://sei.agro.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

[acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.agro.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **23328585** e o código CRC **CBA802D4**.

Referência: Processo nº 21000.031157/2022-71

SEI nº 23328585



## EXTRATO DE CONVÊNIO

Espécie: Convênio Nº 927283/2022, Nº Processo: 21000030288202231, Concedente: MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, Conveniente: MUNICÍPIO DE ITAMBARACA CNPJ nº 76235738000108, Objeto: Aquisição de máquina(s) e/ou equipamento(s) agrícola(s), Valor Total: R\$ 1.033.333,33, Valor de Contrapartida: R\$ 154.733,33, Valor a ser transferido ou descentralizado por exercício: 2022 - R\$ 878.600,00, Crédito Orçamentário: Num Empenho: 2022NE000194, Valor: R\$ 878.600,00, PTRES: 205840, Fonte Recurso: 0188000000, ND: 444042, Vigência: 26/10/2022 a 26/10/2024, Data de Assinatura: 26/10/2022, Signatários: Concedente: CLEBER OLIVEIRA SOARES CPF nº 616.727.935-72, Conveniente: MONICA CRISTINA ZAMBON HOLZMANN CPF nº 547.432.069-87.

## EXTRATO DE CONVÊNIO

Espécie: Convênio Nº 926198/2022, Nº Processo: 21000026852202211, Concedente: MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, Conveniente: MUNICÍPIO DE DOM BOSCO CNPJ nº 01602782000100, Objeto: Aquisição de máquina e/ou implementos agrícolas., Valor Total: R\$ 159.527,80, Valor de Contrapartida: R\$ 2.913,03, Valor a ser transferido ou descentralizado por exercício: 2022 - R\$ 156.614,77, Crédito Orçamentário: Num Empenho: 2022NE000099, Valor: R\$ 157.080,31, PTRES: 205710, Fonte Recurso: 0188000000, ND: 444042, Vigência: 27/10/2022 a 27/10/2025, Data de Assinatura: 27/10/2022, Signatários: Concedente: CLEBER OLIVEIRA SOARES CPF nº 616.727.935-72, Conveniente: NELSON PEREIRA DE BRITO CPF nº 041.967.566-38.

## RETIFICAÇÃO

No Extrato de Convênio, publicado no DOU de 27/10/2022, Seção 3, referente ao CONVÊNIO nº 927379/2022, onde se lê: Responsável pelo Concedente: TEREZA CRISTINA CORREA DA COSTA DIAS, CPF nº \*\*\*.694.306-\*\*, leia-se: Responsável pelo Concedente: CLEBER OLIVEIRA SOARES, CPF nº \*\*\*.727.935-72.

## EXTRATO DE CONVÊNIO

Espécie: Convênio Nº 926029/2022, Nº Processo: 21000025891202209, Concedente: MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, Conveniente: MUNICÍPIO DE CAMPO LARGO CNPJ nº 76105618000188, Objeto: Aquisição de Máquinas e Equipamentos Agrícolas., Valor Total: R\$ 555.666,66, Valor de Contrapartida: R\$ 78.166,66, Valor a ser transferido ou descentralizado por exercício: 2022 - R\$ 477.500,00, Crédito Orçamentário: Num Empenho: 2022NE000033, Valor: R\$ 477.500,00, PTRES: 205754, Fonte Recurso: 0188000000, ND: 444042, Vigência: 27/10/2022 a 27/10/2025, Data de Assinatura: 27/10/2022, Signatários: Concedente: CLEBER OLIVEIRA SOARES CPF nº 616.727.935-72, Conveniente: MAURICIO ROBERTO RIVABEM CPF nº 836.772.409-72.

## EXTRATO DE CONVÊNIO

Espécie: Convênio Nº 926218/2022, Nº Processo: 21000027204202281, Concedente: MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, Conveniente: MUNICÍPIO DE SAO ROQUE DO CANAA CNPJ nº 01612865000171, Objeto: Aquisição de Patrulha Mecanizada., Valor Total: R\$ 313.000,00, Valor de Contrapartida: R\$ 74.250,00, Valor a ser transferido ou descentralizado por exercício: 2022 - R\$ 238.750,00, Crédito Orçamentário: Num Empenho: 2022NE000336, Valor: R\$ 238.750,00, PTRES: 205827, Fonte Recurso: 0188000000, ND: 444042, Vigência: 27/10/2022 a 27/10/2025, Data de Assinatura: 27/10/2022, Signatários: Concedente: CLEBER OLIVEIRA SOARES CPF nº 616.727.935-72, Conveniente: MARCOS GERALDO GUERRA CPF nº 690.019.527-04.

## EXTRATO DE CONVÊNIO

Espécie: Convênio Nº 926156/2022, Nº Processo: 21000026569202299, Concedente: MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, Conveniente: MUNICÍPIO DE CRUZALIA CNPJ nº 46179966000139, Objeto: AQUISIÇÃO DE PATRULHA MECANIZADA., Valor Total: R\$ 718.000,00, Valor de Contrapartida: R\$ 288.250,00, Valor a ser transferido ou descentralizado por exercício: 2022 - R\$ 429.750,00, Crédito Orçamentário: Num Empenho: 2022NE000117, Valor: R\$ 429.750,00, PTRES: 205793, Fonte Recurso: 0188000000, ND: 444042, Vigência: 27/10/2022 a 27/10/2025, Data de Assinatura: 27/10/2022, Signatários: Concedente: CLEBER OLIVEIRA SOARES CPF nº 616.727.935-72, Conveniente: ARLDO OSMAR DE MORO CPF nº 121.059.018-24.

## EXTRATO DE CONVÊNIO

Espécie: Convênio Nº 926735/2022, Nº Processo: 21000028969202239, Concedente: MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, Conveniente: MUNICÍPIO DE EUCLIDES DA CUNHA PAULISTA CNPJ nº 67662437000161, Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO AGRÍCOLA, Valor Total: R\$ 418.110,00, Valor de Contrapartida: R\$ 131.610,00, Valor a ser transferido ou descentralizado por exercício: 2022 - R\$ 286.500,00, Crédito Orçamentário: Num Empenho: 2022NE000087, Valor: R\$ 286.500,00, PTRES: 205718, Fonte Recurso: 0188000000, ND: 444042, Vigência: 27/10/2022 a 27/10/2025, Data de Assinatura: 27/10/2022, Signatários: Concedente: CLEBER OLIVEIRA SOARES CPF nº 616.727.935-72, Conveniente: DOMINGOS MENTE LOPES CPF nº 353.628.898-77.

## EXTRATO DE CONVÊNIO

Espécie: Convênio Nº 925983/2022, Nº Processo: 21000025449202274, Concedente: MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, Conveniente: MUNICÍPIO DE JOAO RAMALHO CNPJ nº 46444790000103, Objeto: AQUISIÇÃO DE PATRULHA AGRÍCOLA MECANIZADA, Valor Total: R\$ 158.996,67, Valor de Contrapartida: R\$ 15.746,67, Valor a ser transferido ou descentralizado por exercício: 2022 - R\$ 143.250,00, Crédito Orçamentário: Num Empenho: 2022NE000118, Valor: R\$ 143.250,00, PTRES: 205793, Fonte Recurso: 0188000000, ND: 444042, Vigência: 27/10/2022 a 27/10/2025, Data de Assinatura: 27/10/2022, Signatários: Concedente: CLEBER OLIVEIRA SOARES CPF nº 616.727.935-72, Conveniente: ADELMO ALVES CPF nº 120.265.028-70.

## EXTRATO DE CONVÊNIO

Espécie: Convênio Nº 934225/2022, Nº Processo: 21000077838202285, Concedente: MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, Conveniente: MUNICÍPIO DE RESERVA CNPJ nº 76169879000161, Objeto: Aquisição de veículos utilitários destinados ao serviço de Inspeção municipal., Valor Total: R\$ 240.000,00, Valor de Contrapartida: R\$ 1.250,00, Valor a ser transferido ou descentralizado por exercício: 2022 - R\$ 238.750,00, Crédito Orçamentário: Num Empenho: 2022NE000607, Valor: R\$ 238.750,00, PTRES: 205808, Fonte Recurso: 0188000000, ND: 444042, Vigência: 27/10/2022 a 27/10/2025, Data de Assinatura: 27/10/2022, Signatários: Concedente: CLEBER OLIVEIRA SOARES CPF nº 616.727.935-72, Conveniente: LUCAS MACHADO RIBEIRO CPF nº 082.694.319-58.

## EXTRATO DE CONVÊNIO

Espécie: Convênio Nº 927110/2022, Nº Processo: 21000029569202241, Concedente: MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, Conveniente: MUNICÍPIO DE PRESIDENTE LUCENA CNPJ nº 94707494000192, Objeto: Aquisição de Patrulha Agrícola Mecanizada, Valor Total: R\$ 105.000,00, Valor de Contrapartida: R\$ 4.725,00, Valor a ser transferido ou descentralizado por exercício: 2022 - R\$ 100.275,00, Crédito Orçamentário: Num Empenho: 2022NE000272, Valor: R\$ 100.275,00, PTRES: 205739, Fonte Recurso: 0188000000, ND: 444042, Vigência: 27/10/2022 a 27/10/2025, Data de Assinatura: 27/10/2022, Signatários: Concedente: CLEBER OLIVEIRA SOARES CPF nº 616.727.935-72, Conveniente: GILMAR FUHR CPF nº 968.607.900-91.

## EXTRATO DE CONVÊNIO

Espécie: Convênio Nº 926025/2022, Nº Processo: 21000025877202205, Concedente: MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, Conveniente: MUNICÍPIO DE PRIMEIRO DE MAIO CNPJ nº 76245059000101, Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS., Valor Total: R\$ 270.000,00, Valor de Contrapartida: R\$ 31.250,00, Valor a ser transferido ou descentralizado por exercício: 2022 - R\$ 238.750,00, Crédito Orçamentário: Num Empenho: 2022NE000078, Valor: R\$ 238.750,00, PTRES: 205735, Fonte Recurso: 0188000000, ND: 444042, Vigência: 27/10/2022 a 27/10/2025, Data de Assinatura: 27/10/2022, Signatários: Concedente: CLEBER OLIVEIRA SOARES CPF nº 616.727.935-72, Conveniente: BRUNA DE OLIVEIRA CASANOVA CPF nº 053.332.629-00.

## EXTRATO DE CONVÊNIO

Espécie: Convênio Nº 925992/2022, Nº Processo: 21000025479202281, Concedente: MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, Conveniente: MUNICÍPIO DE APERIBE CNPJ nº 36288900000123, Objeto: Aquisição de Patrulha Mecanizada, Valor Total: R\$ 679.980,00, Valor de Contrapartida: R\$ 11.500,00, Valor a ser transferido ou descentralizado por exercício: 2022 - R\$ 668.480,00, Crédito Orçamentário: Num Empenho: 2022NE000058, Valor: R\$ 668.500,00, PTRES: 205741, Fonte Recurso: 0188000000, ND: 444042, Vigência: 27/10/2022 a 27/10/2025, Data de Assinatura: 27/10/2022, Signatários: Concedente: CLEBER OLIVEIRA SOARES CPF nº 616.727.935-72, Conveniente: RONALD DE CASSIO DAIBES MOREIRA CPF nº 002.767.567-03.

## EXTRATO DE CONVÊNIO

Espécie: Convênio Nº 927113/2022, Nº Processo: 21000029576202242, Concedente: MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, Conveniente: MUNICÍPIO DE FORMIGUEIRO CNPJ nº 97228126000150, Objeto: Aquisição de patrulha agrícola mecanizada, Valor Total: R\$ 123.003,00, Valor de Contrapartida: R\$ 22.728,00, Valor a ser transferido ou descentralizado por exercício: 2022 - R\$ 100.275,00, Crédito Orçamentário: Num Empenho: 2022NE000332, Valor: R\$ 100.275,00, PTRES: 205748, Fonte Recurso: 0188000000, ND: 444042, Vigência: 27/10/2022 a 27/10/2025, Data de Assinatura: 27/10/2022, Signatários: Concedente: CLEBER OLIVEIRA SOARES CPF nº 616.727.935-72, Conveniente: JOCELVIO GONCALVES CARDOSO CPF nº 402.444.070-53.

## EXTRATO DE CONVÊNIO

Espécie: Convênio Nº 925993/2022, Nº Processo: 21000025480202213, Concedente: MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, Conveniente: MUNICÍPIO DE VARRE-SAI CNPJ nº 39217831000155, Objeto: Aquisição de Máquina e implementos agrícolas., Valor Total: R\$ 283.113,33, Valor de Contrapartida: R\$ 3.113,33, Valor a ser transferido ou descentralizado por exercício: 2022 - R\$ 280.000,00, Crédito Orçamentário: Num Empenho: 2022NE000022, Valor: R\$ 286.500,00, PTRES: 205784, Fonte Recurso: 0188000000, ND: 444042, Vigência: 27/10/2022 a 27/10/2025, Data de Assinatura: 27/10/2022, Signatários: Concedente: CLEBER OLIVEIRA SOARES CPF nº 616.727.935-72, Conveniente: SILVESTRE JOSE GORINI CPF nº 016.311.877-91.

## EXTRATO DE CONVÊNIO

Espécie: Convênio Nº 925936/2022, Nº Processo: 21000024702202272, Concedente: MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, Conveniente: MUNICÍPIO DE SAO NICOLAU CNPJ nº 87612966000168, Objeto: Aquisição de Patrulha agrícola., Valor Total: R\$ 189.308,00, Valor de Contrapartida: R\$ 3.083,00, Valor a ser transferido ou descentralizado por exercício: 2022 - R\$ 186.225,00, Crédito Orçamentário: Num Empenho: 2022NE000017, Valor: R\$ 186.225,00, PTRES: 205836, Fonte Recurso: 0188000000, ND: 444042, Vigência: 27/10/2022 a 27/10/2025, Data de Assinatura: 27/10/2022, Signatários: Concedente: CLEBER OLIVEIRA SOARES CPF nº 616.727.935-72, Conveniente: RICARDO MIGUEL KLEIN CPF nº 347.519.710-34.

## EXTRATO DE CONVÊNIO

Espécie: Convênio Nº 925921/2022, Nº Processo: 21000024535202260, Concedente: MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, Conveniente: MUNICÍPIO DE NOVA ESPERANCA DO SUL CNPJ nº 92455393000146, Objeto: Aquisição de Patrulha Agrícola Mecanizada, Valor Total: R\$ 110.333,33, Valor de Contrapartida: R\$ 10.058,33, Valor a ser transferido ou descentralizado por exercício: 2022 - R\$ 100.275,00, Crédito Orçamentário: Num Empenho: 2022NE000040, Valor: R\$ 100.275,00, PTRES: 205748, Fonte Recurso: 0188000000, ND: 444042, Vigência: 27/10/2022 a 27/10/2025, Data de Assinatura: 27/10/2022, Signatários: Concedente: CLEBER OLIVEIRA SOARES CPF nº 616.727.935-72, Conveniente: IVORI ANTONIO GUASSO JUNIOR CPF nº 004.651.690-58.

## EXTRATO DE CONVÊNIO

Espécie: Convênio Nº 928633/2022, Nº Processo: 21000039023202206, Concedente: MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, Conveniente: MUNICÍPIO DE POUSO NOVO CNPJ nº 92454826000149, Objeto: Aquisição de patrulha agrícola mecanizada, Valor Total: R\$ 157.822,00, Valor de Contrapartida: R\$ 14.572,00, Valor a ser transferido ou descentralizado por exercício: 2022 - R\$ 143.250,00, Crédito Orçamentário: Num Empenho: 2022NE000349, Valor: R\$ 143.250,00, PTRES: 205688, Fonte Recurso: 0188000000, ND: 444042, Vigência: 27/10/2022 a 27/10/2025, Data de Assinatura: 27/10/2022, Signatários: Concedente: CLEBER OLIVEIRA SOARES CPF nº 616.727.935-72, Conveniente: MOACIR LUIS SEVERGNINI CPF nº 973.358.000-72.

## EXTRATO DE CONVÊNIO

Espécie: Convênio Nº 934261/2022, Nº Processo: 21000081758202224, Concedente: MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, Conveniente: MUNICÍPIO DE CABO VERDE CNPJ nº 17909599000183, Objeto: AQUISIÇÃO DE IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS, Valor Total: R\$ 142.900,01, Valor de Contrapartida: R\$ 37.850,01, Valor a ser transferido ou descentralizado por exercício: 2022 - R\$ 105.050,00, Crédito Orçamentário: Num Empenho: 2022NE000603, Valor: R\$ 105.050,00, PTRES: 205792, Fonte Recurso: 0188000000, ND: 444042, Vigência: 27/10/2022 a 27/10/2025, Data de Assinatura: 27/10/2022, Signatários: Concedente: CLEBER OLIVEIRA SOARES CPF nº 616.727.935-72, Conveniente: CLAUDIO ANTONIO PALMA CPF nº 440.417.306-78.

## EXTRATO DE CONVÊNIO

Espécie: Convênio Nº 925927/2022, Nº Processo: 21000024534202215, Concedente: MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, Conveniente: MUNICÍPIO DE CAICARA CNPJ nº 09070624000150, Objeto: Patrulha Mecanizada, Valor Total: R\$ 226.666,67, Valor de Contrapartida: R\$ 22.105,67, Valor a ser transferido ou descentralizado por exercício: 2022 - R\$ 204.561,00, Crédito Orçamentário: Num Empenho: 2022NE000114, Valor: R\$ 204.561,00, PTRES: 205680, Fonte Recurso: 0188000000, ND: 444042, Vigência: 27/10/2022 a 27/10/2025, Data de Assinatura: 27/10/2022, Signatários: Concedente: CLEBER OLIVEIRA SOARES CPF nº 616.727.935-72, Conveniente: TARCISIO ALBERTO LOPES SOARES CPF nº 721.025.784-53.





SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E  
ABASTECIMENTO DE MINAS GERAISAVISO DE LICITAÇÃO  
TOMADA DE PREÇOS Nº 3/2022 - UASG 130056

Nº Processo: 21028014434202191. Objeto: Obra de reforço estrutural de fundação do Setor E / 4º SIPOA. Total de Itens Licitados: 1. Edital: 27/10/2022 das 08h00 às 12h00 e das 13h00 às 17h00. Endereço: Av. Raja Gabaglia, 245, Cidade Jardim - Belo Horizonte/MG ou <https://www.gov.br/compras/editais/130056-2-00003-2022>. Entrega das Propostas: 11/11/2022 às 09h00. Endereço: Av. Raja Gabaglia, 245, Cidade Jardim - Belo Horizonte/MG. Informações Gerais: Edital e anexos: [https://drive.google.com/drive/folders/1NQ3IWWP\\_o7KxcGvV31Ws5WwWk97\\_R?usp=sharing](https://drive.google.com/drive/folders/1NQ3IWWP_o7KxcGvV31Ws5WwWk97_R?usp=sharing).

ADRIANO LUCAS SILVA  
Chefe da Divisão de Aquisições e Logística

(SIASgnet - 26/10/2022) 130056-00001-2022NE000153

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E  
ABASTECIMENTO DO RIO DE JANEIRO

## EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Termo Aditivo ao convênio nº 17/2019, que fazem entre si a União, Superintendência Federal de Agricultura no Estado do Rio de Janeiro e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro - IFRJ, para a cooperação na realização de Perícia Oficial de Saúde, com vista a garantir a adequada implementação da Política de Atenção à Saúde e Segurança do Trabalho do Servidor Público Federal, previsto no Decreto nº 6.833, de 29 de abril de 2009 e no Decreto 7.003, de 09 de novembro de 2009.

1 - CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO  
1.1 prorrogará o prazo de vigência do Convênio nº 17/2019, por 36 (trinta e seis) meses, contemplando-se nesta ocasião, o período de 28/09/2022 a 27/09/2025, nos termos do Decreto 6.833 de 29/04/2009 e da Portaria nº 1.397 de 10/08/2012. Data da Assinatura 28/09/2022.  
Stella Alves Branco Romanos - Superintendente Federal de Agricultura e Rafael Barreto Almada - Reitor IFRJ

## EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 14/2022 - UASG 130063

Nº Processo: 21044001798202294. Objeto: Contratação de empresa especializada em serviços de hidráulica e recuperação de tetos nos banheiros do 8º, 9º e 10º andares, devido à infiltração decorrente do banheiro do 10º andar no Ed. sede da SA-RJ. Total de Itens Licitados: 00001. Fundamento Legal: Valor dentro da Legislação Vigente. Justificativa: Art. 24º, Inciso II da Lei nº 8.666 de 21/06/1993. Declaração de Dispensa em 20/10/2022. STELLA ALVES BRANCO ROMANOS, Superintendente Federal de Agricultura. Ratificação em 20/10/2022. CARLOS RODRIGO DE MORAES LAMEGO, Coordenador. Valor Global: R\$ 11.890,00. CNPJ CONTRATADA: 04.901.025/0001-17 INSET MAX - IM MANUTENCAO PREDIAL LTDA.

(SIDEAC - 26/10/2022) 130063-00001-2022NE000001

ASSESSORIA ESPECIAL DE RELAÇÕES GOVERNAMENTAIS E  
INSTITUCIONAIS

## EXTRATO DE CONVÊNIO

Espécie: Convênio Nº 927379/2022, Nº Processo: 21000031157202271, Concedente: MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, Conveniente: MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS CNPJ nº 77819605000133, Objeto: Aquisição de Equipamentos Agrícolas, Valor Total: R\$ 160.000,00, Valor de Contrapartida: R\$ 16.750,00, Valor a ser transferido ou descentralizado por exercício: 2022 - R\$ 143.250,00, Crédito Orçamentário: Num Empenho: 2022NE000318, Valor: R\$ 143.250,00, PTRES: 205840, Fonte Recurso: 0188000000, ND: 444042, Vigência: 30/09/2022 a 30/09/2024, Data de Assinatura: 30/09/2022, Signatários: Concedente: TEREZA CRISTINA CORREA DA COSTA DIAS CPF nº 209.694.306-04, Conveniente: NELTON BRUM CPF nº 840.502.099-34.

## EXTRATO DE CONVÊNIO

Espécie: Convênio Nº 925999/2022, Nº Processo: 21000025638202247, Concedente: MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, Conveniente: MUNICÍPIO DE CAMPO LARGO CNPJ nº 76105618000188, Objeto: Aquisição de equipamentos., Valor Total: R\$ 275.473,77, Valor de Contrapartida: R\$ 36.723,77, Valor a ser transferido ou descentralizado por exercício: 2022 - R\$ 238.750,00, Crédito Orçamentário: Num Empenho: 2022NE000150, Valor: R\$ 238.750,00, PTRES: 205840, Fonte Recurso: 0188000000, ND: 444042, Vigência: 28/09/2022 a 28/09/2024, Data de Assinatura: 28/09/2022, Signatários: Concedente: TEREZA CRISTINA CORREA DA COSTA DIAS CPF nº 209.694.306-04, Conveniente: MAURICIO ROBERTO RIVABEM CPF nº 836.772.409-72.

## EXTRATO DE CONVÊNIO

Espécie: Convênio Nº 926166/2022, Nº Processo: 21000026652202268, Concedente: MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, Conveniente: MUNICÍPIO DE CENTENÁRIO DO SUL CNPJ nº 75845503000167, Objeto: Aquisição de máquina(s) e/ou equipamento(s) agrícola(s), Valor Total: R\$ 684.166,66, Valor de Contrapartida: R\$ 239.166,66, Valor a ser transferido ou descentralizado por exercício: 2022 - R\$ 445.000,00, Crédito Orçamentário: Num Empenho: 2022NE000157, Valor: R\$ 445.000,00, PTRES: 205840, Fonte Recurso: 0188000000, ND: 444042, Vigência: 20/09/2022 a 20/09/2024, Data de Assinatura: 20/09/2022, Signatários: Concedente: TEREZA CRISTINA CORREA DA COSTA DIAS CPF nº 209.694.306-04, Conveniente: MELQUIADES TAVIAN JUNIOR CPF nº 033.523.419-40.

## EXTRATO DE CONVÊNIO

Espécie: Convênio Nº 926573/2022, Nº Processo: 21000028573202291, Concedente: MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, Conveniente: MUNICÍPIO DE RONCADOR CNPJ nº 75371401000157, Objeto: Aquisição de Equipamentos Agrícolas, Valor Total: R\$ 213.000,00, Valor de Contrapartida: R\$ 12.450,00, Valor a ser transferido ou descentralizado por exercício: 2022 - R\$ 200.550,00, Crédito Orçamentário: Num Empenho: 2022NE000246, Valor: R\$ 200.550,00, PTRES: 205840, Fonte Recurso: 0188000000, ND: 444042, Vigência: 28/09/2022 a 28/09/2024, Data de Assinatura: 28/09/2022, Signatários: Concedente: TEREZA CRISTINA CORREA DA COSTA DIAS CPF nº 209.694.306-04, Conveniente: VIVALDO LESSA MOREIRA CPF nº 598.610.889-20.

## EXTRATO DE CONVÊNIO

Espécie: Convênio Nº 926165/2022, Nº Processo: 21000026650202279, Concedente: MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, Conveniente: MUNICÍPIO DE UNIAO DA VITORIA CNPJ nº 75967760000171, Objeto: Aquisição de máquina agrícola., Valor Total: R\$ 460.000,00, Valor de Contrapartida: R\$ 221.250,00, Valor a ser transferido ou descentralizado por exercício: 2022 - R\$ 238.750,00, Crédito Orçamentário: Num Empenho: 2022NE000259, Valor: R\$ 238.750,00, PTRES: 205840, Fonte Recurso: 0188000000, ND: 444042, Vigência: 28/09/2022 a 28/09/2024, Data de Assinatura: 28/09/2022, Signatários: Concedente: TEREZA CRISTINA CORREA DA COSTA DIAS CPF nº 209.694.306-04, Conveniente: BACHIR ABBAS CPF nº 580.588.429-15.

## SECRETARIA DE AGRICULTURA FAMILIAR E COOPERATIVISMO

## EXTRATOS DE CONTRATOS

Processo SEI nº 21000.080649/2022-90. a) Espécie: Contratação de serviços de consultoria através do Projeto de Cooperação Técnica - PCT/BRA/IICA/12/002 - DEP/SAF/MAPA, celebrado entre a União, por intermédio do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA e o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura - IICA; b) Objeto: Contribuir para análise e avaliação do processo de implementação, execução e acompanhamento dos Termos de Execuções Descentralizadas - TEDs, visando o monitoramento das aquisições e contratos das parcerias firmadas no âmbito do Projeto Dom Helder Câmara - PDHC; c) Local de Trabalho: Brasília/DF; d) Nome da Consultora: Dalila Alves Moura; e) Nº do Contrato: 12200227; f) Valor Total do Contrato: R\$ 63.800,00; g) Forma de pagamento: o desembolso das parcelas será realizado de acordo com a entrega e aprovação dos produtos; h) Vigência: 21/10/2022 a 20/10/2023.

Processo SEI nº 21000.074028/2022-77. a) Espécie: Contratação de serviços de consultoria através do Projeto de Cooperação Técnica - PCT/BRA/IICA/12/002 - DEP/SAF/MAPA, celebrado entre a União, por intermédio do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA e o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura - IICA; b) Objeto: Apoiar o DEP/SAF/MAPA nas adequações e melhorias dos processos de monitoramento e avaliação das ações e programas de fortalecimento das políticas de promoção da agricultura familiar através dos instrumentos de sistemas de gestão gerenciais; c) Local de Trabalho: Brasília/DF; d) Nome do Consultor: Kayton Fernandes de Avila; e) Nº do Contrato: 12200225; f) Valor Total do Contrato: R\$ 126.000,00; g) Forma de pagamento: o desembolso das parcelas será realizado de acordo com a entrega e aprovação dos produtos; h) Vigência: 21/10/2022 a 19/10/2023.

## EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

PROCESSO Nº 55000.000559/2005-44

A SECRETARIA DE AGRICULTURA FAMILIAR E COOPERATIVISMO, em cumprimento à Lei nº 10.522, de 19/7/2022, e ao disposto na IN/TCU nº 71, de 28/11/2012, COMUNICA a existência de débito no valor de R\$ 25.663,58 (vinte e cinco mil, seiscentos e sessenta e três reais e cinquenta e oito centavos), passível de inscrição do Instituto Novas Fronteiras da Cooperação - INFC no Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Federais - CADIN, em razão da impugnação de despesas do Convênio nº 523865/2005, celebrado entre o extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA e o Instituto Novas Fronteiras da Cooperação - INFC. O prazo para devolução é de 75 (setenta e cinco) dias e o Instituto deverá contatar a Coordenação de Prestação de Contas da SAF, por intermédio do e-mail [cgpar.saf@agro.gov.br](mailto:cgpar.saf@agro.gov.br), visando a obtenção da Guia de Recolhimento da União com o valor atualizado. Torna-se sem efeito o Edital de Notificação publicado no DOU nº 139, de 25 de julho de 2022.

NELSON DE ANDRADE JUNIOR  
Secretário  
Substituto

SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA  
DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS TÉCNICOS  
COORDENAÇÃO-GERAL DE APOIO LABORATORIAL  
LABORATÓRIO FEDERAL DE DEFESA AGROPECUÁRIA EM MINAS  
GERAIS

## EXTRATO DE CONTRATO Nº 45/2022 - UASG 130058

Nº Processo: 21181.000612/2022-13.

Pregão Nº 34/2022. Contratante: LABORATÓRIO FEDERAL DE DEFESA AGROPECUÁRIA/MG.

Contratado: 71.208.516/0001-74 - ALGAR TELECOM S/A. Objeto: O objeto do presente instrumento é a Contratação de serviços de telefonia para atender demandas do LFDA-MG, Sede e LASO, incluindo um link com múltiplos acessos simultâneos, módulos de ramal DDR, ligações locais (fixo e móvel), ligações de longa distância nacional (fixo e móvel) e ligações internacionais, para atender às necessidades do LFDA-MG.

Fundamento Legal: LEI 10.520 / 2002 - Artigo: 1. Vigência: 11/11/2022 a 11/11/2023. Valor Total: R\$ 28.992,56. Data de Assinatura: 26/10/2022.

(COMPRASNET 4.0 - 26/10/2022).

## EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 45/2022 - UASG 130058

Número do Contrato: 1/2021.

Nº Processo: 21181.000344/2020-60.

Pregão Nº 37/2020. Contratante: LABORATÓRIO FEDERAL DE DEFESA AGROPECUÁRIA/MG. Contratado: 00.604.122/0001-97 - TRIVALE ADMINISTRACAO LTDA. Objeto: O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência de que trata a Cláusula Segunda do Contrato Original, bem como alteração na medição da prestação dos serviços em atendimento à solicitação da Contratada. Vigência: 08/01/2023 a 08/01/2024. Valor Total Atualizado do Contrato: R\$ 42.577,65. Data de Assinatura: 25/10/2022.

(COMPRASNET 4.0 - 25/10/2022).

## EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 47/2022 - UASG 130058

Número do Contrato: 2/2020.

Nº Processo: 21181.000599/2019-99.

Pregão Nº 16/2019. Contratante: LABORATÓRIO FEDERAL DE DEFESA AGROPECUÁRIA/MG. Contratado: 00.774.777/0001-03 - SOLANO TECNOLOGIA EMPRESARIAL LTDA. Objeto: O presente termo aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência de que trata a Cláusula Segunda do Contrato Original, bem como formalizar a alteração do endereço da sede da Contratada. Vigência: 15/01/2023 a 15/01/2024. Valor Total Atualizado do Contrato: R\$ 13.383,99. Data de Assinatura: 26/10/2022.

(COMPRASNET 4.0 - 26/10/2022).

RESULTADO DE JULGAMENTO  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 38/2022

O LFDA/MG torna público que a licitação na modalidade Pregão Eletrônico SRP nº 38/2022, cujo objeto é a aquisição de itens consumíveis das categorias "Meios de Cultura e Afins" em atendimento ao Laboratório Federal de Defesa Agropecuária em Minas Gerais - LFDA/MG. Após abertura, análise e julgamento, sagraram-se vencedores do certame as empresas: 13.430.441/0001-75 - GERAES DIAGNOSTICA REPRESENTACOES LTDA, itens 2, 5 e 10, no valor total de R\$ 15.902,79; 24.096.423/0001-15 - NOVA BIOTECNOLOGIA LTDA, item 6, no valor total de R\$ 23.738,00; 31.864.051/0001-95 - PLAST LABOR IND E COM DE EQUIP. HOSP E LABORATORIO LTDA, item 7, no valor total de R\$ 1.180,00; 33.069.212/0008-50 - MERCK S/A, itens 4 e 14, no valor total de R\$ 1.122,00; 68.337.658/0001-27 - SIGMA-ALDRICH BRASIL LTDA, itens 3, 12 e 15, no valor total de R\$ 3.405,00; 71.443.667/0001-07 - ORBITAL PRODUTOS PARA LABORATORIOS LTDA, item 8, no valor total de R\$ 809,13.

ROGÉRIO RIBEIRO COSTA  
Pregoeiro



Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico  
<http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 053020210270003







MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

PLATAFORMA +BRASIL

254

15

**Nº / ANO DA PROPOSTA:**

007661/2022

**OBJETO:**

Aquisição de Equipamentos Agrícolas

**CARACTERIZAÇÃO DOS INTERESSES RECÍPROCOS:**

Com população de 3.830 habitantes segundo censo IBGE de 2010, com população urbana de 2.412 habitantes e população rural de 1.418 habitantes, área territorial de 182,418 KM<sup>2</sup>, o Município está localizado no extremo oeste do Paraná a uma distância aproximada de 583,5 km de Curitiba - PR, possui IDH em 0,724, e as principais culturas são milho, soja, mandioca, suinocultura, entre outras. A aquisição de equipamentos agrícolas serão incentivos para cerca de 420 produtores diretamente.

**RELAÇÃO ENTRE A PROPOSTA E OS OBJETIVOS E DIRETRIZES DO PROGRAMA:**

apoio a pequenos e médios agricultores para fomentar a comercialização e valorização de seus produtos, proporcionando melhoras de preparação do solo os quais aumentarão a produtividade e facilidade no manuseio e transporte dos produtos para serem armazenados agilizando assim os processos de plantio e colheita, o objeto deste convênio está em consonância com o previsto na Instrução Normativa MAPA Nº16/2021

**PÚBLICO ALVO:**

Produtores rurais, nas localidades: linha São Joaquim, Estrada São Caetano, Linha Baixadão, Linha Serrinha, Linha Codal, Linha Barra Funda, Linha São João, Linha São Cristóvão dentre outras. Os Equipamentos serão utilizados para atender os produtores na preparação do solo para receber o plantio, e também no transporte de forragens para armazenamento da produção, produção esta que será estocada e será utilizada pelos produtores conforme sua necessidade.

**PROBLEMA A SER RESOLVIDO:**

Assistência ao produtores rurais, que muitas vezes não tem condições de adquirir vários equipamentos agrícolas, devido a falta de maquinários estes deixam muitas vezes de fazer seu plantio e deixam de gerar renda para suas famílias

**RESULTADOS ESPERADOS:**

fomentar a agricultura de nosso município auxiliando nossos produtores aumentando assim sua produção e produtividade na agricultura, aumentado em média 10% a produção geral, sendo o plantio de aveia, milho, mandioca, soja, feijão, sorgo, pastagens, entre outros e fomentando também a bovinocultura e cadeia produtiva leiteira

**1 - DADOS DO CONCEDENTE**

<b>CONCEDENTE:</b> 22000	<b>NOME DO ÓRGÃO/ÓRGÃO SUBORDINADO OU UG:</b> MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO		
<b>CPF DO RESPONSÁVEL:</b> 616.727.935-72	<b>NOME DO RESPONSÁVEL:</b> CLEBER OLIVEIRA SOARES		
<b>ENDEREÇO DO RESPONSÁVEL:</b> Esplanada dos Ministérios, Bloco D, 7º andar, Sala 200			<b>CEP DO RESPONSÁVEL:</b> 70043-900

## 2 - DADOS DO PROPONENTE

<b>PROponente:</b> 77.819.605/0001-33					
<b>RAZÃO SOCIAL DO PROPONENTE:</b> MUNICIPIO DE SAO JOSE DAS PALMEIRAS					
<b>ENDEREÇO JURÍDICO DO PROPONENTE:</b> RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 979, TERREO					
<b>CIDADE:</b> SAO JOSE DAS PALMEIRAS	<b>UF:</b> PR	<b>CÓDIGO MUNICÍPIO:</b> 8471	<b>CEP:</b> 85898000	<b>E.A.:</b> Administração Pública Municipal	<b>DDD/TELEFONE:</b> 4532591150
<b>BANCO:</b> 104 - CAIXA ECONOMICA		<b>AGÊNCIA:</b> 0726-9		<b>CONTA CORRENTE:</b> 0060711116	
<b>CPF DO RESPONSÁVEL:</b> 840.502.099-34		<b>NOME DO RESPONSÁVEL:</b> NELTON BRUM			
<b>ENDEREÇO DO RESPONSÁVEL:</b> RUA VITAL BRASIL, 1, CASA - BNH SOL NASCENTE					<b>CEP DO RESPONSÁVEL:</b> 85898000



## 4 - DADOS DO EXECUTOR/VALORES

256  
J

VALOR GLOBAL:	R\$ 160.000,00	
VALOR DA CONTRAPARTIDA:	R\$ 16.750,00	
VALOR DOS REPASSES:	Ano	Valor
	2022	R\$ 143.250,00
VALOR DA CONTRAPARTIDA FINANCEIRA:	R\$ 16.750,00	
VALOR DA CONTRAPARTIDA EM BENS E SERVIÇOS:	R\$ 0,00	
VALOR DE RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO:	R\$ 0,00	
INÍCIO DE VIGÊNCIA:	30/09/2022	
FIM DE VIGÊNCIA:	30/09/2024	
VIGÊNCIA DO CONVÊNIO:	2024	

## 5 - PLANO DE TRABALHO

**Meta nº: 1**

<b>Especificação:</b> Aquisição de Equipamentos Agrícolas			
<b>Unidade de Medida:</b> UN	<b>Quantidade:</b> 1.0	<b>Valor:</b>	R\$ 66.000,00
<b>Início Previsto:</b> 30/09/2022	<b>Término Previsto:</b> 30/09/2024	<b>Valor Global:</b>	R\$ 160.000,00
<b>UF:</b> PR	<b>Município:</b> 8471 - SAO JOSE DAS PALMEIRAS	<b>CEP:</b>	
<b>Endereço:</b>			
<b>Etapa/Fase nº:</b> 1			
<b>Especificação:</b> Aquisição de Equipamentos Agrícolas			
<b>Quantidade:</b> 1.0 UN	<b>Valor:</b> R\$ 66.000,00	<b>Início Previsto:</b> 30/09/2022	<b>Término Previsto:</b> 30/09/2024

**Meta nº: 2**

<b>Especificação:</b> Aquisição de Equipamentos Agrícolas			
<b>Unidade de Medida:</b> UN	<b>Quantidade:</b> 2.0	<b>Valor:</b>	R\$ 94.000,00
<b>Início Previsto:</b> 30/09/2022	<b>Término Previsto:</b> 30/09/2024	<b>Valor Global:</b>	R\$ 160.000,00
<b>UF:</b> PR	<b>Município:</b> 8471 - SAO JOSE DAS PALMEIRAS	<b>CEP:</b>	
<b>Endereço:</b>			
<b>Etapa/Fase nº:</b> 1			
<b>Especificação:</b> Aquisição de Equipamentos Agrícolas			
<b>Quantidade:</b> 2.0 UN	<b>Valor:</b> R\$ 94.000,00	<b>Início Previsto:</b> 30/09/2022	<b>Término Previsto:</b> 30/09/2024

## 6 - CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

### MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUARIA E ABASTECIMENTO

<b>MÊS DESEMBOLSO:</b> Novembro	<b>ANO:</b> 2022
<b>META Nº: 1</b>	<b>VALOR DA META:</b> R\$ 59.090,62
<b>DESCRIÇÃO:</b> Aquisição de Equipamentos Agrícolas	
<b>META Nº: 2</b>	<b>VALOR DA META:</b> R\$ 84.159,38
<b>DESCRIÇÃO:</b> Aquisição de Equipamentos Agrícolas	
<b>VALOR DO REPASSE:</b>	R\$ 143.250,00 <b>PARCELA Nº: 1</b>

## 7 - CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

### MUNICIPIO DE SAO JOSE DAS PALMEIRAS

<b>MÊS DESEMBOLSO:</b> Novembro	<b>ANO:</b> 2022
<b>META Nº: 1</b>	<b>VALOR DA META:</b> R\$ 6.909,38
<b>DESCRIÇÃO:</b> Aquisição de Equipamentos Agrícolas	
<b>META Nº: 2</b>	<b>VALOR DA META:</b> R\$ 9.840,62
<b>DESCRIÇÃO:</b> Aquisição de Equipamentos Agrícolas	
<b>VALOR DO REPASSE:</b>	R\$ 16.750,00 <b>PARCELA Nº: 1</b>



### 8 - PLANO DE APLICAÇÃO DETALHADO

<b>DESCRIÇÃO DO BEM/SERVIÇO:</b> Aquisição de uma grade aradora Intermediária nova, com no mínimo as seguintes especificações: Controle Remoto (Com Comando), espaçamento entre os discos de 230 mm, com 16 discos, de 28 polegadas, com pneus.				
<b>NATUREZA DA AQUISIÇÃO:</b> Recursos do Convênio			<b>NATUREZA DA DESPESA:</b> 449052	
<b>ENDEREÇO DE LOCALIZAÇÃO:</b> Rua Tiradentes				
<b>CEP:</b> 85898-000	<b>UF:</b> PR	<b>MUNICÍPIO:</b> 8471 - SAO JOSE DAS PALMEIRAS		
<b>UNIDADE:</b> UN	<b>QUANTIDADE:</b> 1,00	<b>V. UNITÁRIO:</b> R\$ 66.000,00	<b>V.TOTAL:</b> R\$ 66.000,00	
<b>OBSERVAÇÃO:</b>				
<b>DESCRIÇÃO DO BEM/SERVIÇO:</b> Aquisição de duas carretas Forrageiras Basculantes Novas, com no mínimo as seguintes especificações: de 6,2 Toneladas, com 1 eixo, e rodado duplo, acionamento de pistão basculante, com pneus.				
<b>NATUREZA DA AQUISIÇÃO:</b> Recursos do Convênio			<b>NATUREZA DA DESPESA:</b> 449052	
<b>ENDEREÇO DE LOCALIZAÇÃO:</b> Rua Tiradentes				
<b>CEP:</b> 85898-000	<b>UF:</b> PR	<b>MUNICÍPIO:</b> 8471 - SAO JOSE DAS PALMEIRAS		
<b>UNIDADE:</b> UN	<b>QUANTIDADE:</b> 2,00	<b>V. UNITÁRIO:</b> R\$ 47.000,00	<b>V.TOTAL:</b> R\$ 94.000,00	
<b>OBSERVAÇÃO:</b>				

### 9 - PLANO DE APLICAÇÃO CONSOLIDADO

NATUREZA DA DESPESA				
Código	Total	Recursos	Contrapartida Bens e Serviços	Rendimento de Aplicação
449052	R\$ 160.000,00	R\$ 160.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
<b>TOTAL GERAL:</b>	<b>R\$ 160.000,00</b>			



## 10 - DECLARAÇÃO

Na qualidade de representante legal do proponente, declaro, para fins de prova junto ao \_\_\_\_\_ para efeitos e sob as penas da Lei, que inexistente qualquer débito em mora ou situação de inadimplência com o Tesouro Nacional ou qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal, que impeça a transferência de recursos oriundos da dotações consignadas nos orçamentos da União, na forma deste plano de trabalho.

Pede Deferimento,

\_\_\_\_\_  
Local e Data

\_\_\_\_\_  
Proponente

## 11 - APROVAÇÃO PELO CONCEDENTE DO PLANO DE TRABALHO

### Aprovado

\_\_\_\_\_  
Local e Data

\_\_\_\_\_  
Concedente  
(Representante legal do Órgão ou Entidade)

## 12 - ANEXOS

### Comprovantes de Capacidade Técnica e Gerencial

#### Nome do Arquivo:

Declaração cap técnica e gerencial.pdf

Declaração Cap. Tec. e Ger. PDF.pdf

### Comprovação da Contrapartida

#### Nome do Arquivo:

Declaração contrapartida.pdf

### Documentos Digitalizados do Convênio

#### Nome do Arquivo:

927379.pdf

Publicação 927379.pdf

SEI\_MAPA - 23328585 - Documento.pdf

Timbre  
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO  
SECRETARIA EXECUTIVA  
SUPERINTENDENCIA FEDERAL DE AGRICULTURA PECUARIA E ABASTECIMENTO NO ESTADO DO PARANA-SFA-PR  
COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO-PR  
NÚCLEO DE ANÁLISE E ACOMPANHAMENTO DE CONVÊNIOS



OFÍCIO Nº 147/2022/NUAC-PR/CAD-PR/SFA-PR/SE/MAPA

Curitiba, 08 de dezembro de 2022.

Ao Senhor

NELTON BRUM

Prefeito Municipal de SAO JOSE DAS PALMEIRAS/PR

RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 979, TERREO - CENTRO. Sao Jose Das Palmeiras - PR. CEP: 85898-000

**Assunto: Orientações Preliminares para Execução de Convênio.**

Senhor Prefeito,

1. Trata-se do Convênio nº **927379/2022**, firmado entre este Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e o Município de SAO JOSE DAS PALMEIRAS, que tem por objeto a "Aquisição de Equipamentos Agrícolas", com aporte de contrapartida no valor de **R\$ 16.750,00** (dezesesse mil setecentos e cinquenta reais) e com repasse no valor de **R\$ 143.250,00** (cento e quarenta e três mil duzentos e cinquenta reais) totalizando um valor global de **R\$ 160.000,00** (cento e sessenta mil reais), com término de vigência em 30/09/2024.

2. De início, informa-se que a via do Termo de Convênio celebrado e a publicação do extrato no Diário Oficial da União foram disponibilizados na aba Dados da Proposta, na Plataforma +Brasil, além do registro de Esclarecimento na aba "Acomp. e Fiscalização", também na Plataforma, acerca da necessidade de regularização da conta específica do convênio junto à instituição financeira, a fim de possibilitar a movimentação dos recursos.

3. Levando em conta regulamentação prevista na Portaria Interministerial no 424, de 30 de dezembro de 2016 e no Decreto 6.170, de 25 de julho de 2007, que norteiam as transferências de recursos da União por meio de Convênios, bem como as demais normas constantes do Termo de Convênio assinado entre as partes, orienta-se que a conveniente atente a alguns procedimentos necessários à boa e regular execução do instrumento, tais como:

4. A Conveniente deverá promover o aporte da contrapartida pactuada que deverá ser depositada na conta bancária específica do instrumento e efetuar a classificação do recurso na Plataforma +Brasil, conforme cronograma de desembolso, bem como realizar aplicação em poupança, em atendimento ao disposto no § 5º, do inciso III, do art. 41, da PI no 424/2016.

5. No que diz respeito ao início das ações afetas ao procedimento licitatório para execução do objeto, orientamos que a conveniente atente-se aos prazos e as obrigações previstos no art. 50, §3º do da PI no 424/2016, conforme segue:

*§ 3º O prazo para início do procedimento licitatório será de até sessenta dias e poderá ser prorrogado uma única vez, desde que motivado pelo conveniente e aceito pelo concedente ou mandatária. (Incluído pela Portaria Interministerial no 558, de 10 de outubro de 2019).*

6. Portanto, caso a Conveniente verifique a impossibilidade de início do procedimento licitatório no prazo legalmente estabelecido, será necessário a apresentação de solicitação de dilação desse prazo, por meio de ofício, contendo a motivação de tal impossibilidade, para análise e avaliação desta Coordenação de Parcerias Institucionais.

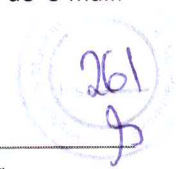
7. Importante destacar que, conforme previsto no inciso II, do art. 41 da PI no 424/2016, o repasse financeiro por parte deste Ministério está condicionado a análise e ao aceite dos processos licitatórios, ao passo que a conveniente somente poderá dar início às aquisições e contratações previstas no Plano de Trabalho quando do desembolso por este Ministério.

8. Por fim, importante ressaltar que é vedada a liberação da primeira parcela ou parcela única de recursos para o início de execução de novos instrumentos quando o conveniente tiver instrumentos apoiados com recursos do Governo Federal, sem execução financeira por prazo superior a 180 (cento e oitenta) dias, de acordo com determinação contida no Parágrafo 8º, inciso III do art. 41, da PI no 424/2016.

9. É recomendável, ainda, que tão logo se inicie as atividades previstas no Plano de Trabalho, seja dada ciência a esta Coordenação para que seja possível o acompanhamento da execução do Projeto/Evento, conforme pactuado.



10. Colocamo-nos à disposição para os esclarecimentos/orientações que se fizerem necessários, por meio do e-mail: [nuac.sfa-pr@agro.gov.br](mailto:nuac.sfa-pr@agro.gov.br) ou pelo telefone número: (41) 3361-4003 / 4047



Atenciosamente,

Documento assinado eletronicamente por **ELOISA PREHS MONTRUCCHIO, Chefe da Divisão de Política, Produção e**  
logotipo **Desenvolvimento Agropecuário**, em 14/12/2022, às 09:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art.  
6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

QRCode  
Assinatura

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site: [https://sei.agro.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.agro.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **25473923** e o código CRC **8EB28020**.

Rua José Veríssimo, 420, - Bairro Tarumã – Telefone: (41) 3361-4020 / 3361-4047 / 3361-4003  
CEP 82.820-000 Curitiba/PR

Referência: Processo nº 21000.031157/2022-71

SEI nº 25473923